



ESCOLA SUPERIOR DE AGRONOMIA
PARAGUAÇU PAULISTA-SP

***Projeto Político-Pedagógico
Institucional (PPI)***

“A gestão democrática supõe a redefinição do papel do educador. O professor deixa de lado a função de depositador de conteúdo e se torna um design da informação, tutorando o conhecimento. Como o processo de ensino é intencional, o aluno se torna protagonista da aprendizagem.”

Fernando Coelho

SUMÁRIO

I. DA APRESENTAÇÃO.....	6
1. Justificativa	7
2. OBJETIVOS	7
2.1. Geral	7
2.2. Específicos	7
II. DA IDENTIFICAÇÃO.....	8
1. DA MANTENEDORA.....	8
1.1. Identificação	8
1.2. Dirigente Principal da Mantenedora	8
1.3. Finalidades.....	8
2. DA MANTIDA	9
2.1. Perfil Institucional	9
2.2. Dirigente Principal da Mantida	9
2.3. Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	9
III. DO MARCO SITUACIONAL	11
1. Contexto e Inserção Regional da IES	11
1.1. Breve histórico do Município sede da IES	11
1.2. Cenário Político e Socioeconômico	12
1.3. Dados do Perfil da População do Município e da Região de Abrangência da IES.....	12
1.4. Cenário da Infraestrutura	12
1.5. Cenário Cultural	13
1.6. Cenário Educacional	13
1.6.1. Educação Básica	13
1.6.2. Educação Superior	13
1.7. Cenário Ambiental.....	14
1.8. Cenário da Saúde	14
IV. IDENTIDADE ESTRATÉGICA	15
1. Missão	15
2. Princípios e Valores Institucionais	15
3. Visão de Futuro.....	16
4. Objetivos	16
4.1. Geral	16
4.2. Específicos	16

V. PROPOSTA PEDAGÓGICA	17
1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO	17
1.1. Princípios Pedagógicos que orientam a ação educativa.....	18
1.2. Princípios Metodológicos.....	19
VI. DO MARCO OPERACIONAL	21
1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	21
1.1. Política de Ensino.....	21
1.1.1. Graduação	22
1.1.1.1. Ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	23
1.1.2. Pós-graduação.....	24
1.1.2.1. Ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu	24
1.2. Política para a modalidade de Educação a Distância (EaD).....	25
1.3. Política para a Pesquisa/Iniciação Científica.....	26
1.3.1. Política para a Iniciação Científica.....	27
1.3.1.1. Ações acadêmico-administrativas para a Iniciação Científica	27
1.4. Política para a Produção Acadêmica Docente	28
1.4.1. Ações Acadêmico-Administrativas de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente.....	28
1.5. Política para a Extensão	28
1.5.1. Ações acadêmico-administrativas para a Extensão.....	30
1.6. Política para Inovação Tecnológica	30
1.6.1. Ações acadêmico-administrativas para a Inovação Tecnológica	31
1.7. Política para as Atividades Articuladas ao Ensino.....	31
1.7.1. Atividades Práticas e de Estágio	31
1.7.2. Atividades Complementares	33
1.8. Política para o Desenvolvimento Artístico e Cultural	33
1.8.1. Ações acadêmico-administrativas o desenvolvimento artístico e cultural	34
1.9. Política para Acompanhamento de Egressos	34
1.10. Comunicação da IES com a Comunidade Externa	35
1.11. Comunicação da IES com a Comunidade Interna	35
1.12. Política de Atendimento aos Discentes.....	36
1.12.1. Formas de Acesso	36
1.12.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	37
1.12.3. Acessibilidade.....	38
1.12.4. Programa de Nivelamento	39
1.12.5. Apoio Psicopedagógico e Psicológico	39
1.12.6. Monitoria	40

1.12.7.	Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados	40
1.12.8.	Organização Estudantil (Espaço Para Participação E Convivência Estudantil).....	40
1.12.9.	Acompanhamento dos Egressos	41
1.13.	Política de Estímulo à Produção Discente e à Participação em Eventos	41
1.14.	Política para a Organização e a Gestão	42
1.15.	Política para a Gestão de Pessoas	43
1.15.1.	Corpo Docente.....	43
1.15.2.	Corpo Técnico-Administrativo	45
1.16.	Políticas Institucionais Voltadas ao Desenvolvimento Econômico e à Responsabilidade Social.....	46
1.16.1.	Política para a Educação Inclusiva	47
1.17.	Políticas voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural, da Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial ..	48
1.17.1.	Políticas para a Valorização da Diversidade da Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial	48
1.17.2.	Políticas para a Valorização da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.....	50
1.17.3.	Políticas para a implementação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	51
1.17.4.	Políticas para a Educação Ambiental	51
1.17.5.	Políticas para as Interfaces Sociais	51
2.	ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	53
2.1.	Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário.....	53
3.	POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	56
4.	POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE-FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA.....	56
VII.	DA IMPLANTAÇÃO	58

I. DA APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-pedagógico Institucional - PPI da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista - ESAPP ora apresentado se configura como uma ferramenta de gestão política que traz os delineamentos da identidade institucional para cada ação a ser realizada no âmbito institucional. O documento apresenta, portanto, as diretrizes políticas para o ensino, pesquisa e extensão e também para a organização acadêmica.

O Projeto está estruturado sob fundamentos, concepções e princípios eleitos pela Instituição que considerou a legislação vigente para o setor educacional, sobretudo aquela que rege o ensino superior e outras diretrizes que alimentam e orientam a área educacional.

O objetivo principal deste Projeto é ser o documento orientador para os demais projetos da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista - ESAPP sendo um referencial que apresenta políticas institucionais claras, coerentes e objetivas em relação às dez dimensões do ensino superior.

O documento expressa, portanto, o pensamento pedagógico institucional, que está refletido nas ações propostas em seus programas e cursos. Orientam as ações de responsabilidade social e atendimento as diversidades culturais, sociais e econômicas da comunidade acadêmica.

A Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista - ESAPP, na elaboração de seu Projeto Político-Pedagógico Institucional, considerou sua trajetória e autenticidade das doutrinas filosóficas e metodológicas adotadas para a formação de políticas institucionais que expressam a realidade vivenciada pela Instituição enquanto desenvolvedora de ensino superior baseado na qualidade.

Com embasamento no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, em seu artigo 21, este Projeto Político-Pedagógico Institucional integrará o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista.

1. JUSTIFICATIVA

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista – ESAPP um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da Instituição de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa. É o caminho mais acertado para reinventar a Instituição, dando novo significado as suas finalidades e objetivos.

Deve-se entender, ainda, que há um processo histórico do sistema que deve ser considerado até para que se possa perceber o crescimento, o volume de mudanças que ocorreram e a própria base de sustentação das propostas.

O Projeto Político-pedagógico Institucional constitui-se na busca do autoconhecimento e de conhecimento da realidade e seu contexto. O PPI como um todo deve ser compreendido em uma perspectiva dinâmica, em constante reformulação. No seu conjunto o Projeto Político-pedagógico Institucional é sempre uma manifestação de sujeitos concretos que devem estar sintonizados com os avanços da ciência da educação e que, por isto, ousam reinventar as relações pedagógicas.

A sua elaboração considera a concepção e as finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de cidadão que se pretende formar e de mundo a construir.

A construção do Projeto Político-pedagógico Institucional é processual, sendo desenvolvida com a integração de todos os elementos constitutivos: professores, estudantes, técnico-administrativos. Por apresentar característica sistêmica, esse processo de construção está em contínua elaboração, avaliação e reconstrução.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

O Projeto Político-Pedagógico Institucional da ESAPP tem por objetivo o fortalecimento da Instituição como cenário da inovação tecnológica e da investigação científica, tornando-a autônoma por meio de seu referencial teórico-metodológico e identidade organizacional, de forma a exercer o direito à diferença, à transparência, à solidariedade e à participação.

2.2. ESPECÍFICOS

O Projeto Político-pedagógico Institucional da ESAPP foi organizado com os seguintes objetivos específicos:

- estabelecer bases conceituais, metodológicas e operacionais para a Instituição;
- atender à necessidade de assegurar que o Projeto não se restrinja a uma proposta teórica de como abordar uma questão estratégica dentro da conjuntura atual;
- estabelecer uma sistemática que possa ser efetivamente compreendida, aplicada e validada em condições reais, indo além de referenciais teóricos e elementos balizadores.

II. DA IDENTIFICAÇÃO

1. DA MANTENEDORA

1.1. IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora	Fundação Gammon de Ensino (FUNGE)							
CNPJ:	53.640.876/0001-69							
End.:	Rua Prefeito Jayme Monteiro					nº:	791	
Bairro:	Centro	Cidade:	Paraguaçu Paulista		CEP:	19700-059	UF:	SP
Fone:	(18) 3361-9492		e-mail:					
Site:								

1.2. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTENEDORA

Nome:	Ricardo de Paiva Pereira				
Cargo	Presidente Executivo				
CPF:	277.845.858-10				
End.:	Avenida Aeroporto			nº:	41
Bairro:	Jardim Aeroporto	Cidade:	Paraguaçu Paulista	CEP:	19700-334
				UF:	SP
Fone:	(18) 997843440		e-mail	pereira.ricardo@adv.oabsp.org.br	

1.3. FINALIDADES

A Fundação Gammon de Ensino terá por fim criar, instalar e manter uma Escola de Agronomia e outras Escolas e cursos em todas os seus graus, firmar convênio; conceder bolsas de estudos no país; estimular, por qualquer forma, a pesquisa e a investigação científica; promover cursos de aperfeiçoamento ou extensão cultural; prestar serviços técnicos; organizar museus e bibliotecas, desenvolver para a consecução seus objetivos, atividades rurais com fins didáticos.

A FUNGE é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS).

2. DA MANTIDA

2.1. PERFIL INSTITUCIONAL

Mantida:	ESCOLA SUPERIOR DE AGRONOMIA DE PARAGUAÇU PAULISTA - ESAPP			
End.:	Rua Prefeito Jayme Monteiro, n. 791			nº: 791
Bairro:		Cidade: Paraguaçu Paulista	CEP: 19.700-000	UF: SP
Fone:	e-mail			
Site:	www.esapp.edu.br			

2.2. DIRIGENTE PRINCIPAL DA MANTIDA

Nome:	Cinthia Maria Ribeiro Lourenço			
Cargo:	Diretora			
CPF:	294.600.808-80			
RG:	26.798.373-6			
End.:	R. Érico Veríssimo			nº: 40
Bairro:	Jardim América	Cidade: Paraguaçu Paulista	CEP : 19.700-102	UF : SP
Fone:	(18) 981453380	e-mail	cinthiaribeirovet@gmail.com	

2.3. HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

A instituição é herdeira de uma longa tradição no ensino superior em Paraguaçu Paulista. Sua trajetória tem início através da criação da Fundação Gammon de Ensino, entidade sem fins lucrativos, em 26 de dezembro de 1970, quando a Assembleia de Constituição aprovou seus estatutos, documento este que traduz o sentimento da comunidade em criar um curso de Agronomia na região oeste do Estado de São Paulo. Três eram as entidades que compunham a mantenedora: o Instituto Presbiteriano Gammon, com sede na cidade de Lavras, Minas Gerais; a Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista e a Associação de Amigos do Ensino de Paraguaçu Paulista, que congregava mais de 800 cidadãos do Município dispostos a contribuir financeiramente, com o empreendimento. Portanto, a constituição da Fundação Gammon de Ensino representou um movimento social inovador, que tendo como motivação o oferecimento de ensino superior na região, conseguiu reunir os esforços de uma entidade religiosa instalada na cidade desde 1943 – com sua escola de ensino básico, a Prefeitura Municipal e a comunidade. Deve ser salientada a enorme experiência de ensino agregada ao processo, pelo Instituto Presbiteriano Gammon, que iniciou suas atividades na segunda metade do século passado (1873), na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, como uma iniciativa de missionários norte-americanos da Igreja. Alguns anos após o início das atividades educacionais mineiras, veio a criação de cursos especializados em agricultura, em 1908, que evoluiu para a criação de uma Escola de Agricultura que se transformou, com o passar dos anos na conceituada Escola Superior de Agronomia de Lavras, federalizada em 1964 e hoje conhecida como Universidade Federal de Lavras – UFLA.

A Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista - ESAPP foi credenciada em janeiro de 1974, com a Autorização através do Decreto nº 73.409, de 02/01/1974 do curso de Agronomia, reconhecido pelo Decreto 81.760, de 06/06/1978.

A implantação da IES representou um momento histórico para a comunidade regional. Até aquele momento o acesso ao nível superior era privilégio dos poucos que tinham condições de buscar a sua formação em centros maiores. A expansão do ensino de

graduação ocorreu pela implantação do curso de Zootecnia pela Portaria 42/87 de 15/04/1987, e que foi reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.174, de 11/08/1994.

Encontrando terreno fértil e propício para seu desenvolvimento, a Instituição consolidou-se e naturalmente surgiu a abertura para novos horizontes. As necessidades da sociedade local, reclamando oportunidades de ensino em nível superior, em outras áreas, motivaram a Fundação Gammon de Ensino a ampliar suas ofertas de serviços. Sendo assim resolveu-se dotar a cidade e região, com uma nova Instituição de Ensino Superior, que viesse a atender tais anseios.

Surgiu desta forma, a Faculdade de Ciências Gerenciais – FACIG criada através da Portaria Ministerial nº 1.282, de 23/11/1998, quando da autorização do seu primeiro curso, o de Administração, com habilitação em Administração Geral. Pela Portaria nº 1.143 de 21/07/99 foi autorizado o curso de Administração com Habilitação em Gestão de Hotelaria. Esses cursos foram reconhecidos pela Portaria 743 de 21/03/2006. Os próximos cursos autorizados foram o de bacharelado em Ciências Contábeis, pela Portaria nº 1.332 de 03/09/99, com reconhecimento pela Portaria 662 de 22/09/2006 e de bacharelado em Turismo pela Portaria nº 1.334 de 03/09/99 e reconhecido pela Portaria 663 de 22/09/2006. O último curso a ser autorizado foi o de bacharelado em Secretariado Executivo Trilíngue autorizado pela Portaria n.º 1.904 de 29/12/99 e reconhecido pela Portaria 745 de 6/10/2006.

Ao longo dos anos, as duas instituições mantidas pela Fundação Gammon de Ensino, a Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista - ESAPP e a Faculdade de Ciências Gerenciais – FACIG, prestaram valiosos serviços à comunidade local e regional. No entanto, os tempos mudaram e aconteceu uma enorme evolução no campo educacional com surgimento de novas demandas, e, para se adaptar a um novo perfil administrativo verificou-se a necessidade de se fazer a unificação das mantidas.

Assim foi feito, e a instituição unificada passou a ser denominada Faculdade Gammon, que se tornou a partir de então, responsável por manter o lema adotado pela instituição pioneira, e que é o lema do Instituto Presbiteriano Gammon, um dos fundadores da Mantenedora FUNGE: “Criado para a glória de Deus e para o progresso do homem”.

Porém, com as dificuldades enfrentadas nos últimos anos e a extinção de cursos, no mês de outubro de 2022 a instituição voltou a ser renomeada como Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista – ESAPP, nome forte e de tradição na formação e inserção de excelentes Engenheiros Agrônomos.

III. DO MARCO INSTITUCIONAL

1. CONTEXTO E INSERÇÃO REGIONAL DA IES

A Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista – ESAPP, está inserida no Médio Vale do Paranapanema, região que compreende os municípios de Assis, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Echaporã, Florínea, Ibirarema, Iepê, Lutécia, Maracaí, Nantes, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina e Tarumã.

No que se refere ao ambiente econômico, é clara a relevância do setor agrícola da região para o desempenho da economia territorial, quer enquanto setor produtivo quer como fonte importante de matéria-prima para os segmentos mais importantes do setor secundário. Assim, desde seus primórdios, as indústrias que se instalaram na região são fortemente ligadas à transformação de produtos agrícolas (agroindústria), com destaque para as Usinas e Destilarias de Açúcar e Alcool.

Atualmente outros segmentos industriais começam a ganhar importância, assim como as diferentes atividades comerciais e de prestação de serviços.

A região é considerada potencial polo de desenvolvimento por contar com uma malha rodoviária de regular para boa, com vias de ligação entre os Estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, o que facilita o escoamento de produtos e o acesso aos demais municípios. Os recursos hídricos bem como de energia elétrica são fatores considerados positivos para o desenvolvimento industrial e agrícola, inclusive para aquelas que necessitam de irrigação.

1.1. BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO SEDE DA IES

A Estância Turística de Paraguaçu Paulista tem suas origens históricas na localidade conhecida como Conceição de Monte Alegre. Essa localidade foi fundada em 1873 por meio de doação de 193 hectares de terras para a instalação de um novo patrimônio. Em 1891, Conceição de Monte Alegre foi elevada à categoria de distrito, cujo território se estendia entre os rios Paranapanema e Peixe, até as barrancas do rio Paraná.

Os primeiros colonizadores da região se instalaram nas margens do Ribeirão Alegre e Rio São Matheus, Moita Bonita era o nome deste vilarejo que ficava situado nas proximidades de um pequeno bosque. Ali, realizou-se o loteamento de terras, localizadas em torno da área onde seria construída e inaugurada em 23/03/1916 a estação da estrada de ferro, “Estrada de Ferro Sorocabana” local que ficava distante cerca de seis quilômetros

do povoado de Conceição de Monte e passou a ser denominada Paraguassu, fato que deu origem ao atual nome de nossa cidade.

Diante o tráfego ferroviário foi aberto, possibilitou-se o desenvolvimento das propriedades rurais, e, por consequência, de toda a produção agrícola, expandindo, de forma significativa, as áreas cultivadas. Com isso, foram atraídos colonizadores de diferentes regiões do Brasil, além de famílias de imigrantes italianos, espanhóis, libaneses, japoneses, portugueses, entre outros, provocando assim um rápido crescimento demográfico e econômico do novo povoado.

1.2. CENÁRIO POLÍTICO E SOCIOECONÔMICO

Com a expansão demográfica e econômica, em 30 de dezembro de 1924 Paraguaçu tornou-se unidade político-administrativa independente com a sua elevação à categoria de município, que foi instalado em 12 de março de 1925 e em 5 de março de 1997, Paraguaçu Paulista foi elevada à categoria de Estância Turística, através da Lei Estadual 9.646.

Hoje, com uma população de 41.120 habitantes (IBGE, 2022), uma área territorial de 1.001,492 km² e uma densidade de 41,06 hab/km², a Estância Turística de Paraguaçu Paulista oferece tranquilidade, clima agradável, água de qualidade, apresentando-se como acertada opção para muitos que a escolhem para aqui viver e investir.

Em 2021 (IBGE), o PIB per capita era de R\$ 39.015,76. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 233^a de 645 entre os municípios do estado e na 1499 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 81,1%, o que o colocava na posição 340^a de 645 entre os municípios do estado e na 3677^a de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 154.327,25 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 139.277,28 (x1000). Isso deixa o município nas posições 143^a e 141^a de 645 entre os municípios do estado e na 570^a e 564^a de 5570 entre todos os municípios.

1.3. DADOS DO PERFIL DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA IES

Em 2021, o salário médio mensal foi de 2,2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total foi de 26,18%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupou as posições 293^a de 645 e 209^a de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficou na posição 1264^a de 5570 e 901^a de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35,1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 134^a de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3547^a de 5570 dentre as cidades do Brasil.

1.4. CENÁRIO DA INFRAESTRUTURA

O serviço de abastecimento de água de todo o município, em caráter de monopólio, é feito pela SABESP. Já o abastecimento de energia elétrica, também feito em sistema de monopólio, é feito pela Empresa de Eletricidade Energisa SA. A internet é oferecida por diversos provedores de acesso gratuitos e pagos. O serviço telefônico móvel, por telefone celular, é oferecido por diversas operadoras com a maioria tendo sinal estável de 4G pela cidade, sendo a cobertura da Vivo a maior de todas. O código de área (DDD) é 018 e o Código de Endereçamento Postal (CEP) do município é na derivação de 19700-00. Quanto transporte, tem-se a Estação Rodoviária e o acesso à cidade se dá pelas Rodovias Manílio Gobbi/SP-284 (Interliga Assis a Martinópolis) e Prefeito José Bassil Dower (SP-421): Interliga Taciba a Echaporã. Há a Linha Tronco da antiga Estrada de Ferro Sorocabana interligando São Paulo à Presidente Epitácio. Quanto à comunicação, além da telefonia, há

os veículos como jornais impressos (A Semana), online (17 Notícias, Tv Paraguaçu, Trassos Assessoria), rádio (Rádio Radiativa FM) e sinais canais de TV aberta e fechada (Globo, SBT, Band, Rede Vida, Rede Record, Mix TV, Tv Canção Nova, TV Câmara, TV Câmara Municipal de Assis, TV Alesp)

1.5. CENÁRIO CULTURAL

Dentre as opções culturais, há o Cine Teatro Municipal Lucila Nascimento, a Escola Municipal De Música, a Escola De Capoeira "Os Angoleiros Do Interior", o Museu E Arquivo Histórico Jornalista José Jorge Junior, a Casa Do Artesão, a Associação Cultural Maestro Cícero Siqueira e o Ponto De Cultura.

1.6. CENÁRIO EDUCACIONAL

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99,4%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 49ª de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 283ª de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 6,1 e para os anos finais, de 5,1. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 311ª e 414ª de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 1275ª e 1607ª de 5570.

1.6.1. Educação Básica

Segundo o IBGE 2021, registou-se em Paraguaçu Paulista 2.061 matrículas distribuídas em 18 escolas de ensino infantil, 4.945 matrículas entre as 20 escolas do ensino fundamental e 1.589 matrículas entre as 07 escolas do ensino médio. Apresentou o índice de desenvolvimento no ensino fundamental de 6,1 nos anos iniciais nas escolas públicas e 5,1 nos anos finais, já no ensino médio obteve o índice de 4,4.

1.6.2. Educação Superior

Em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, tanto públicas como privadas, o número de matrículas em cursos presenciais cresceu de forma expressiva nas últimas três décadas, tendo um aumento de 103% entre os anos 2000 e 2010. Nos cursos presenciais oferecidos pelas IES públicas e privadas do Brasil, o número de matrículas em 2010 concentrou-se na faixa etária de 19 a 24 anos, totalizando 2,8 milhões de alunos matriculados. Essa mesma modalidade de ensino também apresentou um considerável número de matrículas de jovens entre 25 e 34 anos, registrando 1,7 milhão de alunos matriculados. Já nos cursos de ensino a distância (EAD), o número de matrículas nas IES públicas e privadas do mesmo ano esteve distribuído na faixa etária de 19 a 49 anos, concentrando-se entre a faixa de 25 a 34 anos, com um total de 375.840 matrículas, demonstrando que essa modalidade de ensino revela um novo perfil de estudante que não dispõe do tempo necessário para estar em sala de aula, além de precisar de uma alternativa que lhe permita conciliar trabalho como estudo de nível superior. O município de Paraguaçu Paulista dispõe de uma IES de curso presencial (ESAPP), e alguns polos de cursos de ensino à distância (UNIVESP, UNICESUMAR, UNIP, UNIMAR), proporcionando oportunidade de formação em nível superior para atender o mercado de trabalho.

1.7. CENÁRIO AMBIENTAL

Apresenta 93,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 97,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 5,5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 201^a de 645, 205^a de 645 e 586^a de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 272^a de 5570, 468^a de 5570 e 3388^a de 5570, respectivamente.

1.8. CENÁRIO DA SAÚDE

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 11,45 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1,6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 216^a de 645 e 88^a de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2442^a de 5570 e 1802^a de 5570, respectivamente.

IV. IDENTIDADE ESTRATÉGICA

1. MISSÃO

A ESAPP rege-se pelos princípios de liberdade de pensamento e de expressão e desenvolvimento crítico e reflexivo, com o objetivo permanente de criação e de transmissão do saber e da cultura, procurando atender às necessidades regionais, o que se torna claro com o estabelecimento de sua missão institucional, consequência do momento histórico de implantação e desenvolvimento da instituição, culminando com os objetivos e metas institucionais propostas para a área de atuação acadêmica. Busca promover ações diferenciadas de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de profissionais, fundamentados em valores éticos, empreendedores e de cidadania, vivenciando uma renovada visão de mundo e de ativo espírito crítico-reflexivo sobre o homem, as organizações e a realidade regional, compartilhando conhecimentos para a vida, com base nas competências adquiridas na convivência acadêmica e social.

Dessa forma, a ESAPP, pretendem influenciar direta ou indiretamente na busca contínua do desenvolvimento socioeconômico e cultural da cidade de Paraguaçu Paulista e região.

2. PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS

A filosofia da ESAPP, no que tange ao ensino, é a de ser uma Escola de referência e, para desempenhar esta vocação, se propõe a seguir um conjunto de princípios em direção à qualidade de ensino, quais sejam:

- o aluno como razão de ser da Escola;
- capacitação de seus recursos humanos, treinando funcionários em modernas técnicas administrativas e estimulando professores a um contínuo processo de aperfeiçoamento;
- desenvolvimento de cursos e técnicas pedagógicas, cabendo ao professor processos para ministrá-la;
- utilizar a informática como instrumento de ensino e suporte às demais atividades
- abertura para o mundo, por meio de convênios com centros de excelência universitários, absorvendo modernas experiências e adaptando-as à realidade regional;
- investimento em instalações físicas adequadas ao ensino;
- reconhecimento, por parte da comunidade, para que seus concursos vestibulares sejam procurados por um elevado número de candidatos e, como consequência, a seleção seja pautada pela qualidade;

- busca de parcerias com empresas e instituições, procurando conscientizá-las de que a qualificação profissional começa na Escola.

O principal compromisso da ESAPP é com a formação do aluno. Todas as ações são orientadas para a facilitação do aprendizado e à formação de profissionais com consciência crítica de suas responsabilidades.

Procura-se formar profissionais aptos a interpretar a realidade e enfrentar o desconhecido. A busca sempre é pesquisar e experimentar novas ideias, que visem a constante melhoria das condições de trabalho e do aprimoramento do processo educacional.

3. VISÃO DE FUTURO

Manter o nome da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista - ESAPP, no mais elevado conceito, como referência no ensino superior da região.

4. OBJETIVOS

4.1. GERAL

Proporcionar educação superior de excelência, **nas diversas áreas de conhecimento**, na perspectiva de propiciar formação de um profissional crítico, consciente, reflexivo, participante, capaz de respeitar os valores éticos e desenvolver-se orientado para assumir com responsabilidade e liberdade suas ações e atitudes, de forma que seus egressos possam alcançar seus objetivos profissionais e cidadãos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

4.2. ESPECÍFICOS

Traduz-se em objetivos específicos os objetivos contidos no Regimento da ESAPP, que assim, direcionam suas ações nos diversos campos de atuação, quais sejam:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar recursos humanos nas áreas de conhecimento que atuar, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

V. PROPOSTA PEDAGÓGICA

1. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

Ao priorizar a premissa humana e ética na formação de seus profissionais, a ESAPP, entende que a produção do conhecimento é muito mais que o modelo cartesiano, fragmentado, determinado pela racionalidade técnica, que transforma o processo educativo em puro treino técnico. O processo educativo vai muito além de “receitas” de como e quando fazer. A instituição entende também que a concepção de que o homem e a ciência se fazem mediante relações formativas intencionais, integradoras, criticamente curiosas, no qual o profissional formado em Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo esteja apto para trabalhar em qualquer realidade regional deste imenso Brasil.

Dessa forma, a instituição acredita que os sujeitos do processo educativo devem assumir-se como seres sociais e históricos, como pessoas que pensam, que sabem se comunicar e criar possibilidades de práticas transformadoras em qualquer região do Brasil em que venham exercer sua profissão.

A ESAPP defende a ideia de que a educação superior requer que as pessoas sejam capazes de entrosamento, capazes de inter-relacionarem áreas diversas, que estejam aptas a vivenciar e entender as mudanças culturais e até mesmo compreender as implicações da globalização na vida dos indivíduos. A instituição precisa atentar para o fato de que alguns de seus egressos estarão inseridos em grandes organizações nacionais e/ou transnacionais, de qualquer segmento produtivo, compreendidas em qualquer um dos três setores da economia, enquanto outros desempenharão suas funções, aplicando todo conhecimento adquirido, em organizações aparentemente pouco expressivas, porém, com grande responsabilidade de crescimento e empregabilidade, em qualquer setor da economia, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento de nossa nação.

Formar nesta sociedade sem fronteiras, assolada pela competitividade, pelo individualismo, pela ganância, mas também pela população marginalizada, requer que as entidades educacionais reconheçam os valores que contribuam para práticas integradoras, emancipadoras e inclusivas, formando pessoas com visões abertas e rigorosamente críticas.

Neste sentido, a ideia da integração, linha mestra do projeto acadêmico, ao lado da reorientação da atitude intelectual e da ação do futuro profissional da ESAPP, está

alicerçada num tríplice aspecto: integração da teoria à prática, integração ensino/serviço e integração disciplinar.

Espera-se, portanto, no final do processo formativo, uma educação que ofereça competência para resolução dos problemas mais frequentes, baseada em uma ação integrada, crítica, eficiente e eficaz, além de comprometida com a realidade social.

Este processo formativo se concretiza através de projetos pedagógicos dos cursos na importância resultante do objetivo de formar profissionais capazes de compreender as realidades nacionais, contextualizando-as de forma adequada; capazes de refletir e optar de maneira racional sobre diferentes contextos e capazes de refletir e agir sobre as especificidades locais e, se possível, apresentar propostas criativas e inovadoras.

1.1. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS QUE ORIENTAM A AÇÃO EDUCATIVA

A ESAPP ao construir suas proposições pedagógicas fundamenta-se nos pressupostos educacionais em consonância com as normativas governamentais em âmbito nacional e associados à visão de educação de seus mantenedores.

A proposta educacional da Instituição acolhe os princípios que definem uma educação de qualidade, integrando competências de formação profissional articulada com a formação humanística e cidadã visando, desta forma, favorecer ao futuro profissional a união das necessidades de atuação no mercado de trabalho e da vivência social. Veiga (2003)¹ registra que “desenvolver o educando, prepará-lo para o exercício da cidadania e do trabalho significam a construção de um sujeito que domine conhecimentos, dotado de atitudes necessárias para fazer parte de um sistema político, para participar dos processos de produção da sobrevivência e para desenvolver-se pessoal e socialmente”.

De acordo com novos estudos e prospecção atualmente em curso, realizados por organizações interessadas nas novas políticas educacionais, a educação cada vez mais se tornará permanente e, provavelmente não limitada em etapas e anos. O “aprendizado por toda a vida” (life long learning)”, auxiliado principalmente pelas tecnologias de informação e comunicação já se encontra estabelecido enquanto conduta para consolidar o perfil profissional.

Entretanto, tão importante quanto esse aprendizado contínuo é desenvolver as competências e habilidades em um contexto, que podem propiciar ao profissional navegar com mais segurança pelas transformações que abalam o mundo do trabalho. Por essa razão é primordial a formação em cursos de graduação e de pós-graduação que promoverão a base fundamental para o novo contexto.

Na perspectiva do desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, e de aprender o tempo todo, é imprescindível que a prática educativa proporcione ao estudante condições para que possa:

- Aprender a conhecer (construção do conhecimento)
- Aprender a fazer (operacionalização do conhecimento)
- Aprender a conviver (socialização do conhecimento)
- Aprender a ser (atitudes diante do conhecimento)
- Aprender a comunicar (expressão do conhecimento)

Nesse sentido, elenca-se os princípios pedagógicos que orientam a ação educativa, que devem estar implementadas nos níveis de ensino ofertados pela Instituição:

- educação entendida como um processo ativo e transformador, aberto para o diálogo, levando o estudante a ter um papel ativo na construção do conhecimento, e, portanto, protagonista da aprendizagem, mediado pelo professor;

¹ Veiga, I.P.A **Inovações e projeto político pedagógico**: uma relação regulatória ou emancipatória Cad. Cedes, v 23,n 61, pag267-281, dezembro de 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

- integração de conhecimentos, competências, habilidades e talentos na formação do futuro profissional;
- busca da capacidade para lidar com problemas e buscar soluções, embasada nos pressupostos teóricos e metodológicos, na sistematização e na produção de conhecimentos de sua área e ao mesmo tempo estimulados a uma visão interdisciplinar, tendo em vista as demais áreas em desenvolvimento na Instituição;
- visão humanista internalizando valores como responsabilidade social, justiça e ética profissional, proporcionando ao profissional a possibilidade de tornar-se agente de transformação da sociedade;
- gestão comprometida com a perene atualização de recursos tecnológicos de modo a proporcionar o avanço da aquisição de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, reconhecendo-os como suportes para o ensino e aprendizagem.

1.2. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A mobilização da capacidade dos alunos de aprender a aprender, ocorre mais facilmente quando o processo de ensino-aprendizagem está voltado para a resolução de problemas, possibilitando criar situações para uma aprendizagem significativa e intercambiável com as diferentes áreas do conhecimento.

O modelo educacional da ESAPP pauta-se na construção do conhecimento, de forma processual e formativa. Este modelo deverá visualizar o aluno como ser social, cultural, afetivo, cognitivo, ou seja, um ser de complexidades revestidas e entrelaçadas sobre si.

Na proposta metodológica destacam-se os princípios:

- diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem e a inserção do aluno nas áreas do campo da prática, desde os primeiros anos dos cursos, que devem contribuir para a formação do profissional generalista, capaz de atuar em diferentes níveis e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos e realidade socioeconômica, cultural e política;
- flexibilidade no planejamento curricular, possibilitando a definição e estruturação das diversas atividades que compõem a organização curricular dos projetos pedagógicos, de modo a garantir ao estudante uma formação que lhe proporcione acompanhar e participar, criticamente, das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas;
- valorização do trabalho interdisciplinar entendido como o desenvolvimento de ações que pressupõem a parceria, o diálogo, a articulação, a troca de conhecimentos, o questionamento, a busca da interação, entre diferentes áreas do saber;
- implementação de métodos ativos de ensino-aprendizagem, visando a organização curricular na perspectiva de integrar teoria/prática, ensino/campo de aplicação, as disciplinas e sua relação com a profissão além de buscar desenvolver a capacidade de reflexão sobre problemas reais e a formulação de ações originais e criativas capazes de transformar a realidade social;
- implementação de recursos tecnológicos visando atender às mudanças que vem ocorrendo dia a dia no mundo globalizando, principalmente no que diz respeito ao ensino-aprendizagem e sua aplicação na profissão.

Os princípios metodológicos são estabelecidos em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos, observados os critérios que favorecem as atividades de ensino individualizado, de grupo e de estudos teóricos.

Apresentar situações de aprendizagem que se aproximem da vivência do educando, se traduzem em aprendizagem significativa, com real sentido aos novos conhecimentos.

As metodologias ativas se tornam elementos estratégicos para a formação profissional, com vistas a torná-los aptos para a integração cognitiva, tanto quanto na ordem social, presente na economia, na política e nas novas formas e relações de trabalho.

As metodologias escolhidas apresentam um processo de aprendizagem, focado no aluno e não no professor valorizando os conhecimentos e experiências prévias, a colaboração, a interação e a participação entre os pares: ou seja, a colaboração.

Ao mesmo tempo, demanda ao professor que considere: os conhecimentos como recursos a serem mobilizados; utilizar variadas metodologias de ensino; adotar um planejamento flexível; uma menor compartimentação disciplinar; atuar a partir de situações problema; negociar e conduzir projetos com seus alunos;

Neste processo são utilizadas técnicas apropriadas, que favoreçam o clima de aprendizagem ativo, ou a ergonomia cognitiva, por meio de aulas dialogadas, expositivas e práticas, dinâmicas de grupo, visitas técnicas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, ensino híbrido; sala de aula invertida, seminários, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica, iniciação científica e outras.

“Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento”.²
(FREIRE, 1996).

² FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. P.21.

VI. DO MARCO OPERACIONAL

1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

1.1. POLÍTICA DE ENSINO

Uma proposta acadêmica que torne concreta a missão da instituição, no contexto de uma sociedade empresarial em constante transformação, precisa ser concebida para além da atividade isolada de ensino. Do contrário, poderá não responder a tais desafios. Em um contexto sócio/econômico/cultural dinâmico, plural, complexo e em constantes transformações, delineados pelo surgimento da sociedade da informação, são grandes as necessidades geradas, bem como as competências e habilidades exigidas de um profissional para agir e interagir de forma criativa, dinâmica e transformadora.

Buscando fazer frente a tais determinações é que uma política integrada de ensino, pesquisa e extensão da ESAPP, no seu curso de graduação, se constitui em uma proposta educativa fundamentada no conceito de aprendizagem dialógica, superando assim as concepções positivistas e construtivistas de educação, que se caracterizam pela busca de habilidades extremamente especializadas e técnicas tendo como consequência a departamentalização e a fragmentação do conhecimento.

A atividade de ensino representa a principal interface entre a ESAPP e a sociedade, ao cumprir sua função de geradora e transmissora de conhecimentos. É pelo ensino que a instituição qualifica os profissionais aptos a desempenharem inúmeras funções requeridas pelo desenvolvimento social e econômico do País, e quanto mais diversificada for esta interface maior será o cumprimento da sua missão institucional, perante a sociedade brasileira.

A construção e a transmissão do conhecimento acontecem por meio da formação científica, técnica e cultural oferecida aos estudantes, que têm recebido o reconhecimento da sociedade, fruto do elevado grau de competência dos docentes, adquirido pelo aprimoramento contínuo exigido pela vida acadêmica. Entretanto, tem-se consciência de que muitos investimentos ainda devem ser feitos para podermos acompanhar a contemporaneidade do ensino.

Nesta perspectiva, a formação do aluno deve estar em consonância com as exigências sociais e o desenvolvimento científico, econômico, cultural e tecnológico do mundo atual. A política de ensino é pautada, de forma generalizada, na melhoria qualitativa e quantitativa dos cursos de graduação, criação e consolidação de programas de pós-graduação, implantação de novas formas de ensino, estruturadas com a tecnologia disponível, na revisão curricular, sempre que necessário e na associação dos currículos a programas de formação continuada, proporcionando a adoção do paradigma de educação para vida acadêmica, profissional e pessoal.

A Política de Ensino da Instituição incentiva, especificamente, a produção do conhecimento com qualidade, relacionado primeiramente ao seu contexto regional e sem

perder de vista a formação ética, empreendedora e humanizadora. Desta forma, as políticas de ensino assumem os seguintes compromissos:

- ampliar o universo de atividades da Instituição nas várias frentes de atuação mediante métodos inovadores de participação na aprendizagem;
- priorizar ações acadêmicas relacionadas direta ou indiretamente aos problemas sociais básicos;
- incentivar o trabalho interdisciplinar.

1.1.1. Graduação

A ESAPP tem consolidado a política de graduação adequando às novas demandas sociais e educacionais, com vistas à busca pela excelência acadêmica e fortalecendo a imagem da instituição no cenário da educação superior brasileira. Para tanto, se apresenta a partir de uma postura de atuação frente às expectativas das demandas sociais, concebendo uma proposta pedagógica alimentada pela flexibilidade, interdisciplinaridade e atualização continuada dos elementos norteadores para construção do conhecimento.

A qualidade no ensino é um dos objetivos da Instituição, que se coloca como tema central e gerador da proposta para o ensino da graduação, e desta forma, estabelece a construção de um processo coletivo de articulação das ações voltadas à formação de profissionais competentes, éticos, habilitados e proativos.

O ensino da graduação assim formulado a partir de padrões de qualidade científica e pedagógica e formação cidadã, prevê em seu bojo as ações de ensino, iniciação científica e extensão alinhadas com as demandas locais, regionais, nacionais e/ou internacionais,

Essa linha político-pedagógica constitui a principal referência para a concepção de novos cursos que futuramente possam ser ofertados, como para a análise e necessária reformulação do curso existente, traduzida nos projetos pedagógicos de cursos.

Na proposta pedagógica de curso de graduação estimula-se também a inserção de ferramentas tecnológicas como abordagem didática, oportunizando o desenvolvimento de competências digitais e ao mesmo tempo servindo para a interação direta com o estudante, nos mais diversos serviços acadêmicos.

A política de graduação da ESAPP está assentada nas seguintes diretrizes:

- elaborar projetos que estimulem a abordagem interdisciplinar, a convivência, com foco em resolução de problemas, inclusive de natureza regional, respeitando as diretrizes curriculares pertinentes;
- definir conhecimentos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades dos estudantes na perspectiva do “aprender a aprender”;
- flexibilizar os currículos dos cursos de modo que eles possuam pluralidade de linhas de pensamento;
- atender às diretrizes legais para a formação cidadã, por meio de componentes curriculares que contemplem a Educação Ambiental, as questões da sustentabilidade, da preservação de nosso ecossistema, da diversidade cultural, dos direitos humanos e da inclusão social;
- ampliar e fortalecer as políticas de iniciação científica, assim como outros programas especiais dirigidos ao aperfeiçoamento do alunado da graduação;
- adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do estudante;
- incentivar o aluno a dar continuidade aos seus estudos por meio de cursos de pós-graduação lato sensu;
- estimular a capacitação e atualização permanente dos docentes, via educação continuada e pós-graduação;

- refletir, criticamente, sobre os impactos sociais e ambientais da tecnologia;
- estimular as ações integradoras das teorias e práticas profissionais;
- fortalecer o processo de avaliação institucional interna dos cursos de graduação e evidenciar a importância da avaliação externa (dentre elas, o Enade);
- estimular encontros de revisão e de planejamento do currículo de cada curso com a presença do Conselho do Curso e o Núcleo Docente Estruturante;
- atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação a partir de suas avaliações internas e externas;
- desenvolver ações preventivas visando reduzir o fracasso acadêmico e melhorar os indicadores de sucesso acadêmico e de permanência;
- promover eventos de difusão do conhecimento científico como reconhecimento de práticas exitosas;
- consolidar o processo de Avaliação Institucional como ferramenta de gestão, promovendo a avaliação externa como forma de contribuir para a elevação da qualidade dos cursos.

1.1.1.1. Ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

A partir da definição das políticas institucionais para os cursos de graduação, suas ações se efetivam para garantir a qualidade de ensino, como segue:

- manter estudos constantes sobre a legislação pertinente ao curso de graduação, de modo a atender às exigências das diretrizes curriculares;
- acompanhar o projeto pedagógico com vistas a qualidade do curso e a melhoria do desempenho dos discentes na avaliação ENADE;
- atender às Diretrizes do SINAES;
- promover o nivelamento de conteúdos curriculares básicos e de competências essenciais para o sucesso universitário;
- manter políticas para a renovação dos recursos materiais, dos equipamentos, dos laboratórios e da biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- criar programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica em âmbito nacional e internacional.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de curso deve estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais de sua área, atendendo aos dispositivos legais e legislação em vigor. Devem ser elaborados pelo NDE de cada curso, debatido e aprovado em colegiado com a devida representatividade estudantil, bem como ser aprovado nas instâncias superiores da instituição.

O PPC deve ter como base as orientações, diretrizes e pressupostos deste PDI, bem como apresentar:

- objetivos, justificativa de oferta, concepção do curso, perfil de egressos, matriz curricular e a definição de diretrizes para atividades fundamentais como:
- atividades complementares, monitorias, estágios supervisionados obrigatórios e não obrigatórios (quando houver), projetos interdisciplinares, projetos de iniciação científica, de extensão, trabalho de conclusão de curso (quando houver) e os requisitos legais, entre outros.

Complementarmente ao PPC devem ser elaborados ou atualizados, conforme legislação vigente e normas acadêmicas da Instituição, os regulamentos de estágios, TCCs, monografias, monitoria, iniciação científica, projetos de ensino, de extensão e de visitas técnicas, e outras atividades práticas que integrem o currículo do curso.

1.1.2. Pós-graduação

A ESAPP possui em suas metas institucionais promover os estudos necessários para a implementação de programas de pós-graduação lato sensu integrados à área dos cursos de graduação e áreas afins.

A proposta visa potencializar a formação docente e dos egressos promovendo o avanço científico e tecnológico e de inovação.

Os programas de pós-graduação lato sensu, por sua natureza e sua história, articulam atividades de iniciação científica e extensão e se constituem em um espaço de formação relevante para o mercado de trabalho.

Em nível institucional, cabe à Direção estabelecer as exigências complementares para criação de programas de pós-graduação, normas de organização e coordenação didática, fixando áreas prioritárias, atraindo, formando e mantendo professores portadores de títulos adequados para constituição de uma equipe de alto nível.

A ESAPP desta forma, a partir dos estudos e análises direcionados planeja ampliar a oferta de ensino, o aperfeiçoamento das interações entre graduação e pós-graduação, as políticas de interação com egressos, bem como do atendimento às demandas socioeconômicas local, regional e nacional.

A ESAPP elege como diretrizes para o ensino de pós-graduação:

- consolidar política de pós-graduação condizente com a sua missão;
- promover programas de pós-graduação lato sensu (incluindo MBA) destinados à capacitação profissional e acadêmica em áreas específicas;
- fortalecer a relação entre a pós-graduação, a pesquisa/iniciação científica, a graduação e a extensão;
- realizar estudos de mercado para a criação e o aprimoramento de cursos de pós-graduação coerentes com as demandas identificadas;
- promover flexibilidade curricular como condição de aprimoramento nas áreas de conhecimento;
- garantir o ensino orientado por professores qualificados e titulados (mestres e doutores);
- implementar política de capacitação, em nível de pós-graduação, para docentes e funcionários;
- estabelecer regras para alocação de horas em projetos de pesquisa/iniciação científica, considerando a produção científica;
- estimular a produção acadêmica, cultural, artística e tecnológica do corpo docente dos cursos de pós-graduação, promovendo a articulação com os cursos de graduação;
- criar e ampliar os mecanismos de apoio à publicação aos professores e estudantes;
- incentivar constante participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos, tecnológicos e culturais;
- estimular apresentações e publicações de artigos científicos;
- promover relações em parceria e em cooperação com programas de pós-graduação de instituições universitárias e de pesquisa no país e no exterior

1.1.2.1. Ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu

As seguintes ações acadêmico-administrativas concorrem para o aprimoramento da política de pós-graduação, como segue:

- incentivar mecanismos de acompanhamento e avaliação da pós-graduação;

- melhorar as condições de infraestrutura e suporte ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação;

Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação e que atendam às exigências específicas de cada um deles, obedecendo a regulamento próprio aprovado pelo CONSU – Conselho Superior e a legislação específica, estabelecida pelo MEC, destacando as diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, instituídas pela Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018.

O CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da ESAPP é o órgão que propõe ao CONSU a criação, alteração e extinção de cursos de pós-graduação, bem como os respectivos projetos pedagógicos e planos.

A Direção gerencia as ações de programação acadêmica, execução e avaliação dos projetos dos cursos, objetivando a articulação das diversas áreas do conhecimento e integração das coordenações dos cursos de graduação com os cursos de pós-graduação às diretrizes, políticas e objetivos educacionais da ESAPP.

O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação stricto sensu, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação stricto sensu devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.

1.2. POLÍTICA PARA A MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

O mundo atual vive a era do conhecimento. Em qualquer atividade é necessário um mínimo de informação. Com o avanço da tecnologia, a difusão das informações é muito rápida e a integração social, econômica e cultural neste contexto, exige cada vez mais, melhor preparo das pessoas. Sabendo que o caminho para a ascensão social passa por uma formação educacional, o número de brasileiros que aspira uma graduação superior tem aumentado.

Considerando-se ainda a extraordinária evolução no sistema educacional brasileiro com a expansão no número de matriculados no ensino médio nos últimos anos, é fácil perceber que o número de vagas oferecidas no ensino superior é incompatível com a demanda observada. Se, de um lado, razões econômicas podem explicar a dificuldade de acesso do interessado, por outro lado dois aspectos contribuem para esta situação.

Primeiro as dimensões do país, com distribuição populacional bastante irregular, com áreas densamente povoadas e outras áreas constituídas de número reduzido de habitantes e completamente isoladas, e em segundo a falta de docentes qualificados.

Neste contexto a educação à distância no ensino superior é uma necessidade. E ela é possível de ser feita de forma eficiente com a utilização de novas tecnologias e metodologias educacionais.

A ESAPP de acordo com o disposto na Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 (que trata do tema, tendo em vista a revogação da Portaria MEC 1.134 de 10/10/2016) introduziu a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

O Projeto Pedagógico do Curso apresenta claramente, na matriz curricular, o percentual de carga horária a distância e indica as metodologias utilizadas, observando ao mesmo tempo as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN dos Cursos de Graduação.

Mediante a proposta, estão direcionadas para a política na modalidade a distância EAD as seguintes diretrizes:

- capacitar equipe multidisciplinar para conhecer e dominar teorias, tecnologias, recursos, técnicas e estratégias relativas à EaD;

- conhecer a legislação emanada do Ministério da Educação que orienta a implementação da EaD em instituições de ensino superior;
- instalar a infraestrutura de TI necessária para a EaD;
- elaborar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação introduzindo a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.
- capacitar a equipe para elaborar o conteúdo das diferentes disciplinas a serem veiculadas na modalidade EaD, empregando conhecimentos pedagógicos e tecnológicos;
- dotar a Instituição de infraestrutura adequada e eficiente para implantação e desenvolvimento da modalidade EaD nas disciplinas em que serão ofertadas;
- investir na capacitação permanente dos recursos humanos da Instituição quanto à utilização dos ambientes virtuais de aprendizagem.

1.3. POLÍTICA PARA A PESQUISA/INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Enquanto princípio educativo, a pesquisa científica pode ser vista como um processo inteligente de interação com a realidade. Interação como diálogo, troca, permuta, entidades que não permanecem estáveis através do tempo. Sendo assim, deve haver uma preocupação de que o aluno desenvolva uma postura investigativa sobre sua área de atuação e que aprenda a usar procedimentos de pesquisa como instrumentos de trabalho.

A pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho pedagógico não pode ser confundida com a pesquisa acadêmica ou pesquisa científica. Refere-se, antes de tudo, a uma atitude cotidiana de busca de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem os objetos de ensino.

O acesso aos conhecimentos produzidos pela investigação acadêmica nas diferentes áreas que compõem seu conhecimento profissional alimenta o seu desenvolvimento profissional e possibilita ao professor manter-se atualizado e fazer opções em relação aos conteúdos, à metodologia e à organização didática dos conteúdos que ensina.

Assim, para que a atitude de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o docente necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos comuns aos usados na investigação científica: registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses, verificação etc.

Com esses instrumentos, poderá, também, ele próprio, produzir e socializar conhecimento pedagógico de modo sistemático.

Assim, a pesquisa constitui um instrumento de ensino e um conteúdo de aprendizagem na formação profissional. Ela possibilita que o profissional em formação aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que pode se deparar na vida.

O entendimento de pesquisa **da Instituição** prioriza este modelo e busca de forma apenas complementar, a pesquisa como forma de produção de conhecimento.

Em resumo tem-se como meta:

- o conhecimento que favoreça a construção e reconstrução dos procedimentos necessários para promover e acompanhar o processo de ensino/desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;
- a compreensão dos processos de produção do conhecimento nas ciências. Isto será atingido através de disciplinas como Metodologia Científica;
- o conhecimento atualizado dos resultados desses processos, isto é, as teorias e informações que as pesquisas nas diferentes ciências produzem;
- o oferecimento de iniciação científica, como processo de formação do educando.

Em conclusão, poder-se-ia dizer que a pesquisa se dá no âmbito de cada disciplina. Cada professor deve se empenhar não apenas em repetir o saber adquirido, mas procurar buscar estimular seus alunos na busca de novos caminhos para a aprendizagem, assegurando assim atualização e renovação, além de enriquecer a interdisciplinaridade.

1.3.1. Política para a Iniciação Científica

Tomando por base as considerações registradas acima, quanto à visão da Instituição referente à pesquisa e à iniciação científica, é dada ênfase especial ao Programa de Iniciação Científica que tem como objetivo possibilitar aos alunos dos cursos de graduação, a iniciação em projetos de pesquisa e investigação científica, tendo em vista ampliar sua base de conhecimentos conceituais e práticos, no desenvolvimento de seus estudos, bem como prepará-los para projetos futuros, que são pré-requisitos para ingresso em cursos de pós-graduação.

Desta forma, compreende-se que a Iniciação Científica deve estar conectada aos projetos e aos professores orientadores, viabilizando a difusão do conhecimento produzido nas diversas áreas, propiciando o desenvolvimento de uma postura investigativa nos estudantes bem como a construção de sua autonomia cognitiva, profissional e cidadã.

Para a política de iniciação científica foram definidas as seguintes diretrizes:

- incentivar a prática da iniciação científica como atividade de formação e integração com as atividades de ensino e extensão;
- divulgar atividades de iniciação científica junto à comunidade universitária e priorizar a elaboração de projetos de atuação conjunta de docentes;
- viabilizar condições para o aprofundamento de estudos específicos, assegurando a realização de projetos de iniciação científica de relevância teórica para desenvolvimento da prática profissional e social;
- promover parcerias com associações científicas, culturais e artísticas e mecanismos para articulação com o ensino e a extensão;
- ampliar a iniciação científica como vetor de fortalecimento da imagem institucional e desenvolvimento de projetos voltados para intercâmbios científicos e tecnológicos entre a comunidade acadêmica (docentes e discentes) e reconhecidas instituições do cenário educacional;
- ofertar de bolsas de iniciação científica mantidas com recursos próprios e/ou com o fomento de agências externas.

1.3.1.1. Ações acadêmico-administrativas para a Iniciação Científica

Integrando à política de iniciação científica estão as seguintes ações acadêmico-administrativas:

- dar suporte ao Programa de Iniciação Científica por meio de divulgação do mesmo na página eletrônica da Instituição e outras mídias digitais;
- manter atualizado na página eletrônica da Instituição os regulamentos e programas em desenvolvimento de iniciação científica;
- disponibilizar ambiente online para a orientação de iniciação científica, bem como cursos de elaboração de Projetos de Iniciação Científica aos estudantes de cursos de graduação e demais interessados;
- facilitar o acesso por meio da página eletrônica da Instituição, a bases de dados e a bibliotecas virtuais e digitais;
- realizar eventos de avaliação dos programas de Iniciação Científica.

1.4. POLÍTICA PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE

A política para a produção acadêmica docente articula-se com as políticas para a graduação, a pós-graduação, a pesquisa/iniciação científica e a extensão de forma a integrar as propostas de produção dos docentes e alunos, com o propósito de incentivar e disseminar conhecimentos produzidos na Instituição, fortalecendo processo de ensino-aprendizagem.

A ESAPP visa promover ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica como publicações científicas, didático-pedagógicas e tecnológicas, incentivando a participação dos docentes da Instituição em eventos, corroborando com a organização e publicação em revistas acadêmico-científicas.

O Plano de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica (PEDPAC) é destinado aos docentes, discentes e de grupo egresso da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista.

A difusão do conhecimento acadêmico promove o desenvolvimento da capacidade de análise numa visão global e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo, rompendo com os limites das disciplinas, além de permitir a integração dos docentes entre diversas áreas do conhecimento.

Estão direcionadas as seguintes diretrizes:

- fomentar a produção discente, docente e de egressos, colaborando para a geração de conhecimento na instituição;
- assegurar a divulgação em publicações científicas, didático-pedagógicas e tecnológicas da produção acadêmica constante nos projetos da ESAPP, incentivando a participação dos docentes em eventos;
- articular de forma integrada o ensino, a pesquisa/iniciação científica e a extensão.

1.4.1. Ações Acadêmico-Administrativas de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica Docente

Integrando à política para a produção acadêmica docente estão as seguintes ações acadêmico-administrativas:

- incentivar a participação docente em eventos técnico-científicos local, nacional e internacional, divulgando a produção acadêmica
- desenvolver critérios para progressão na carreira docente que contemplem titulação e produtividade;
- definir políticas de apoio do setor de marketing para divulgação de trabalhos e publicações;
- planejar eventos, buscando o acesso e a participação da comunidade nas diversas áreas de conhecimento praticadas pela Instituição;
- estimular a participação estudantil nas atividades de ensino, extensão e iniciação científica, com a orientação e acompanhamento de docentes orientadores das atividades;
- promover a organização de grupos de estudos, pesquisa/iniciação científica;
- criar a revista eletrônica da ESAPP.

1.5. POLÍTICA PARA A EXTENSÃO

A extensão, um dos pilares das instituições de ensino, tem como principal função a integração da instituição com a sociedade, por meio das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas no âmbito acadêmico. É uma das formas que as instituições de ensino têm de socializar e democratizar o conhecimento, levando-o para fora de seus muros e

principalmente para as pessoas de seu entorno, permitindo que a influência entre seus atores seja mútua e que a troca de valores ocorra.

A Política de Extensão na educação superior brasileira se orienta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, e pelas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, estabelecida pela Resolução CNE CES nº 7/2018, que regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

De acordo com o que registra as Diretrizes para a Extensão na Educação Brasileira, no artigo 3º, "A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa."

A participação do aluno em projetos de extensão deve ser parte do seu aprendizado prático. A implementação da extensão busca a interação com a sociedade, ao discutir e implementar soluções para as diversas situações apresentadas que possam interferir no desenvolvimento local. Essas ações podem ser pontuais ou envolver instituições públicas e privadas, a sociedade civil e outras instituições educacionais. A elaboração e implantação, de projetos e programas é importante instrumento para a inserção da ESAPP na comunidade e que ao oferecer sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e aprimoramento da produção de bens e serviços procura cumprir sua parte de responsabilidade social.

A linha básica da política de extensão é a da inserção da Instituição no contexto regional, como instrumento ativo no processo de construção e desenvolvimento socioeconômico, político e cultural; a integração com empresas e instituições comunitárias de produção de conhecimento e tecnologia da região; o estímulo à criatividade e à originalidade e a consciência da mudança e da necessidade de uma educação permanente.

Isso significa, então, voltar-se aos compromissos assumidos com a região, destacando aqueles que mais se afinam com a ação extensionista: o de contribuir para o desenvolvimento regional; o de estimular o desenvolvimento cultural da região e de promover a difusão cultural, e o de contribuir para a melhoria da educação como um todo.

Por meio da extensão busca-se:

- estreitar as relações entre a instituição de ensino e a comunidade externa;
- colaborar com o desenvolvimento regional seja através da difusão de novos conhecimentos, como contribuindo com o enriquecimento cultural da mesma;
- elevar os níveis de eficácia, eficiência e efetividade do aprendizado do aluno, uma vez que, quanto mais próximo ele estiver do mercado de trabalho, maiores serão suas chances de combinar os estudos teóricos com sua aplicação empírica, devendo-se ressaltar que teoria e prática não são excludentes, mas sim complementares;
- possibilitar ganhos não somente para a comunidade acadêmica, mas também para comunidade que receberá profissionais mais qualificados e competentes para solucionar problemas, e, em última instância, a médio e em longo prazo, toda a sociedade se beneficia com jovens mais bem preparados.

Para a política de extensão foram definidas as seguintes diretrizes:

- atender às Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, compondo atividades de extensão na matriz curricular do curso de graduação em no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular;
- promover a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar;
- considerar os projetos de extensão como um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural ou científico, desenvolvido a partir de programas, projetos, cursos e

oficina, eventos, prestação de serviços e ações sistematizadas, voltadas a questões relevantes da sociedade;

- utilizar de tecnologias digitais de informação e comunicação para a ampliação da oferta dos programas e cursos de extensão;

- propiciar a compatibilização das atividades, integrando o ensino e a iniciação científica, ancorada no processo pedagógico único, interdisciplinar, oferecendo espaço para formação profissional, pessoal e cidadã;

- flexibilizar métodos e critérios na realização das atividades de extensão, visando a promoção da inclusão social, respeito às diferenças individuais de estudantes, às peculiaridades regionais e territoriais e às demandas da sociedade;

- incentivar as atividades voltadas à produção e à preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;

- estimular a inclusão da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável como componentes das atividades extensionistas;

- priorizar projetos de natureza interdisciplinar que permitam a contextualização das ações em uma perspectiva global, buscando a transformação social, pautando-se em regulamento específico.

- estimular a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais.

1.5.1. Ações acadêmico-administrativas para a Extensão

As ações para as atividades de extensão da ESAPP integram suas propostas de ensino e de iniciação científica e visam corresponder às necessidades e possibilidades da própria instituição, da realidade local e regional e da sociedade como um todo, unindo por objetivos comuns as suas comunidades interna e externa com benefícios para ambas.

As ações acadêmico-administrativas da extensão estão pautadas para:

- introduzir as atividades de extensão na matriz curricular do curso de graduação em no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular;

- possibilitar a verdadeira associação entre teoria e prática e ensino e extensão;

- desenvolver ações que contribuam para a formação profissional do corpo discente;

- estabelecer espaços para parcerias;

- expandir e consolidar os programas multidisciplinares;

- implantar programas regulares direcionados à educação continuada;

- acompanhar e avaliar sistematicamente as ações de extensão desenvolvidas na instituição.

1.6. POLÍTICA PARA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A ESAPP vem promovendo a implementação de avanços tecnológicos de forma abrangente no sentido de dotar a comunidade acadêmica dos instrumentos necessários para o desenvolvimento das atividades.

Também, sob a luz das políticas governamentais de incentivo à inovação, a Instituição buscar direcionar suas diretrizes nesta área, promovendo a interligação das políticas de pesquisa/iniciação científica e de extensão e desenvolvimento artístico e cultural.

A política institucional para a inovação tecnológica elenca como diretrizes:

- estimular a inovação tecnológica no ensino, na pesquisa/iniciação científica e na extensão;
- privilegiar a inovação e o empreendedorismo na área de atuação dos cursos que oferta;
- incentivar e apoiar as ações de inovação e empreendedorismo nas comunidades interna e externa;
- manter a política de inovação tecnológica em abrangência institucional, buscando a integração das diretrizes de forma interdisciplinar e transversal;
- identificar e incentivar a inovação e o empreendedorismo, promovendo a articulação de parcerias da ESAPP com empresas, órgãos governamentais e demais organizações da sociedade;
- implementar recursos tecnológicos nas práticas profissionais, garantindo a formação atualizada frente às tendências mercadológicas;
- desenvolver capacitações para docentes, discentes e técnico-administrativos visando a apropriação de conhecimentos e habilidades necessárias quanto ao empreendedorismo, inovação e tecnologias.

1.6.1. Ações acadêmico-administrativas para a Inovação Tecnológica

As ações acadêmico-administrativas para a inovação tecnológica estão pautadas para:

- estabelecer parcerias entre centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de instituições de ensino superior como também do setor produtivo;
- fortalecer as políticas de transferência de tecnologias visando a incorporação de inovação tecnológica nas propostas pedagógicas que promovam a modernização e atualização do ensino-aprendizagem de seus cursos;
- ampliar o empreendedorismo e a inovação tecnológica por meio criação de empresas juniores;
- fomentar a cultura empreendedora e de inovação, por meio da promoção de eventos e ações abrangendo as áreas social, educacional e cultural;
- promover palestras informativas sobre inovação, propriedade intelectual e empreendedorismo visando ampliar o conhecimento e estimular a comunidade acadêmica a realizar atividades de empreendedorismo e inovação.

1.7. POLÍTICA PARA AS ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO

1.7.1. Atividades Práticas e de Estágio

A prática pedagógica deve articular-se dentro dos pressupostos da indissociabilidade entre teoria e prática na produção do conhecimento e deve ser essencialmente ativa e interativa, comportando exposições teóricas, aulas práticas, atividades e excursões no campo, atividades socializadas, atividades individuais, dentre outras.

A proposta curricular dos cursos deve apontar para experiências formativas que equilibrem ao longo da formação a associação entre teoria e prática, desmistificando modelos formativos, que pretendam em seu decorrer a transmissão de conhecimentos a serem posteriormente aplicados no exercício da profissão. Os estágios, práticas e as atividades complementares e constituem parte do processo de aprendizagem teórico-prática, integrantes dos projetos pedagógicos dos cursos de educação superior.

O Estágio Curricular está previsto nos projetos pedagógicos de curso com o objetivo de proporcionar ao estudante oportunidades de observação, acompanhamento e

participação de processos de planejamento, implantação e desenvolvimento nos diversos contextos previstos nas formações. O estágio curricular supervisionado segue as determinações das diretrizes curriculares nacionais específicas do curso de graduação.

Regem-se também pela Lei nº 11.788/2008 e pelo regulamento de estágio supervisionado da ESAPP. O Estágio Supervisionado visa facilitar ao estudante a fixação dos conhecimentos, integração com o mundo do trabalho.

Conforme registra o regulamento de estágio da Instituição, as modalidades de estágio podem ser:

- Estágio Curricular - é um componente curricular, previsto no Projeto Pedagógico do Curso, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerente ao perfil do formando e se desenvolverá em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso no qual o estudante está matriculado. É de caráter obrigatório, mesmo para os alunos que já exercem atividades profissionais na área de abrangência do curso.

- Estágio Extracurricular - é todo estágio desenvolvido pelo estudante que busca seu aprimoramento em sua área de atuação profissional, mas que não apresenta obrigatoriedade curricular.

O Estágio Curricular contará com o acompanhamento de um Professor Orientador e um Supervisor designado pela organização concedente. O Estágio Extracurricular contará apenas com o acompanhamento do Supervisor designado pela organização concedente.

A supervisão junto à empresa será obrigatoriamente desenvolvida por profissional com formação compatível à atividade a ser desenvolvida, sendo indicada pela própria empresa concedente do estágio ou definida em comum acordo entre esta e o estagiário.

São finalidades do Estágio:

- promover a integração do estudante com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;

- permitir ao aluno, através do contato com a realidade da atuação profissional, pesquisar, diagnosticar e propor alternativas de solução para os problemas observados, com a devida sustentação teórica;

- propiciar ao aluno orientação que o direcione a análise crítica e contextualizada da dinâmica da prática profissional nas organizações em que estagiou.

O acompanhamento e a avaliação do estágio devem ser compartilhados entre os responsáveis pela atividade acadêmica e das unidades receptoras;

As ações de estágio pressupõem relações formais entre a ESAPP e as Instituições concedentes.

Tendo em vista o contínuo aperfeiçoamento das atividades de estágio curricular, a ESAPP adota as seguintes ações:

- implantar serviços, para apoiar as atividades de estágio supervisionado e treinar para o trabalho;

- selecionar empresas, instituições públicas ou privadas, bem como outros segmentos em condições de real oferta de oportunidades de estágio supervisionado, nas quais os coordenadores de estágio e/ou os professores-orientadores possam participar, efetivamente, da avaliação do desempenho profissional do estagiário;

- criar condições para as práticas simuladas, os estudos de casos, os jogos de empresas, como forma de preparo para o exercício das práticas profissionais, em situação real;

- avaliar, periodicamente, as atividades de estágio, incluindo-se a avaliação de desempenho do estagiário, dos coordenadores de estágio, dos professores-orientadores e supervisores, dos órgãos envolvidos e das próprias normas específicas

1.7.2. Atividades Complementares

As Atividades Complementares são constituídas por inovações tecnológicas, pedagógicas e metodológicas na operacionalização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, que ampliam as possibilidades da interação acadêmica, flexibilização curricular, criação, produção e compartilhamento do conhecimento.

Os objetivos gerais das Atividades Complementares são:

- flexibilizar o currículo pleno dos cursos;
- propiciar aos graduandos destes cursos a possibilidade de aprofundamento temático e multidisciplinar, com maior capacitação geral para o exercício de sua profissão.

As atividades complementares, pressupõem uma atividade curricular voltada para uma formação que objetiva criticidade, a criatividade e a construção de conhecimento sobre a realidade social, em que aos alunos serão oportunizados a construção de valores éticos e sociais respeitados em sua ação profissional. Nesse sentido, a realidade social será objeto de estudo constante visando à inserção competente nos seus espaços pelo aluno.

É dada ênfase às atividades complementares que possibilitam o reconhecimento de habilidades e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente universitário, hipóteses em que o aluno amplia o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicas, internas ou externas ao curso. As atividades complementares são previstas objetivando a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica.

De acordo com o regulamento das atividades complementares, na ESAPP, as atividades complementares serão realizadas pelo aluno considerando-se as seguintes modalidades: pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitorias, trabalhos de iniciação científica, disciplinas não obrigatórias e previstas na grade curricular dos cursos em questão, como ouvinte ou oferecidas por outras instituições de ensino, estágios externos e internos, participações em "empresa júnior", diretórios acadêmicos, cursos presenciais, cursos on-line, trabalhos voluntários e prestação de serviço à comunidade.

Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da ESAPP contemplam as atividades complementares seguindo as orientações da legislação vigente.

1.8. POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

A ESAPP possui por política quanto às iniciativas de âmbito artístico e cultural integrá-las nas propostas de ensino, iniciação científica e extensão.

Para as políticas para o desenvolvimento artístico e cultural estão definidas as seguintes diretrizes:

- estimular e difundir a produção cultural e artística do corpo docente e corpo discente;
- fomentar a realização de eventos artísticos e culturais, entendidos como lugar de expressão da memória e cultura que acontece por meio dos trabalhos apresentados, debates e por meio de expressões artísticas, como oficinas e exposições, apresentações de dança, teatro e música, entre outras;
- propiciar espaços para produção, interpretação e transferência de conhecimento para os distintos níveis de formação acadêmica e a comunidade externa;
- subsidiar à produção cultural sustentável;
- assegurar linhas transversais aos cursos oferecidos;

- contribuir para a formação artística, cultural, cidadã e crítica da comunidade acadêmica, difundindo a produção cultural e artística em diálogos com a comunidade.

1.8.1. Ações acadêmico-administrativas o desenvolvimento artístico e cultural

As ações acadêmico-administrativas para o desenvolvimento artístico e cultural estão pautadas para:

- apoiar a organização, participação e patrocínio e eventos internos e externos;
- garantir mecanismos de divulgação de resultados relacionados às ações desta política, para a comunidade acadêmica.

1.9. POLÍTICA PARA ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A ESAPP promove um relacionamento contínuo com os egressos de seus cursos, buscando conhecer a participação do profissional no desenvolvimento da região, no que tange ao processo científico, econômico, social e humano.

A política institucional de acompanhamento de egressos direciona-se para evidenciar a relevância social e econômica dos recursos humanos saídos da Instituição e a absorção destes no mercado de trabalho, enfatizando também o grau de satisfação do egresso no trabalho e a localidade onde exerce tal atividade.

Da mesma forma, as informações quanto à vida profissional dos egressos embasam o aperfeiçoamento de ações para propor medidas voltadas ao aperfeiçoamento do curso a partir dos indicadores obtidos, no aspecto pedagógico, como na qualidade do corpo docente e adequação e melhorias na infraestrutura.

Assim, as diretrizes gerais para sua política destinada ao acompanhamento de egressos são:

- acompanhar a inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- garantir a aproximação com os egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais;
- construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais;
- estimular e criar condições para a educação continuada de egressos;
- construir e atualizar, a partir dos questionários aplicados, um banco de dados com informações que possibilitem manter um relacionamento com o egresso, garantindo um vínculo institucional permanente;
- facilitar a formação de uma rede de comunicação entre os egressos, possibilitando a troca de informações profissionais e acadêmicas;
- identificar o perfil do profissional definido no mercado profissional, de forma a possibilitar a realização de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e atualização.

Atualmente a instituição conta com um grupo de ex-alunos nas redes sociais que permite a comunicação entre o egresso e a ESAPP, possibilitando sugestões e opiniões. Além disso, está sendo construída uma página no site da ESAPP destinada aos ex-alunos, onde receberão informações da instituição incentivando continuarem integrados, via Projeto de Acompanhamento de Ex-alunos.

O ex-aluno poderá receber descontos de pós-graduação, convite para encontro de turmas, acesso às bibliotecas com empréstimo de livros e recebimento de notícias sobre a instituição etc.

1.10. COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE EXTERNA

No momento em que a informática se tornou fundamental nas relações humanas não se poderia deixar de utilizá-la como ferramenta na comunicação interna e externa da Instituição.

Externamente o site da Instituição desempenha papel importante. Coloca à disposição do público todas as informações como cursos em funcionamento, corpo docente, estrutura física disponível, notícias do mundo acadêmico, programação de vestibular e outros dados importantes. Permite ainda a divulgação externa de cursos e programas; a divulgação de atividades da instituição como programas de pesquisa e extensão; contato permanente com ex-alunos; a consulta do acervo da biblioteca e várias outras informações.

A página abriga também um importante canal de comunicação com o público interno e externo. Trata-se da Ouvidoria, disponível através de um link por meio do qual o ouvidor recebe sugestões e críticas de alunos, docentes e funcionários, e da sociedade. Caso prefira o contato pessoal, o interessado pode procurar o ouvidor que tem sala especial no prédio administrativo, para atender as demandas.

Outra forma de comunicação é a propaganda institucional através de folders, outdoor, cartazes principalmente na época de realização de vestibular. A divulgação ocorre ainda por intermédio da imprensa escrita e falada, através dos vários órgãos que existem em Paraguaçu e região.

Assim, a comunicação da imagem institucional perante a sociedade civil organizada acontece mediante as seguintes diretrizes:

- apresentar e divulgar sua imagem por meio eletrônico;
- divulgar as ações da instituição, em jornais de circulação regional;
- atualizar permanentemente as informações institucionais na página eletrônica da instituição;
- utilizar as redes sociais como veículo de comunicação com a sociedade;
- promover ações que permitam um melhor atendimento as demandas da comunidade;
- investir na divulgação da instituição nas mídias do município e de sua região de abrangência;
- promover palestras institucionais em organizações, escolas etc.

1.11. COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA

A comunicação interna tem por objetivo fortalecer as relações humanas e a imagem da instituição, de modo a oferecer aos alunos e funcionários melhoria contínua na prestação dos serviços.

A comunicação interna desenvolve atividades de endomarketing dirigidas para os colaboradores a fim de qualificar os serviços prestados e garantir a eficácia do fluxo de informações. Além disso, os colaboradores podem comunicar-se via e-mail com os demais, colaboradores ou alunos da instituição, tornando a comunicação e o processo de tomada de decisão mais eficiente e ágil em espaços como sala dos professores, ambientes de convivência e demais locais de grande circulação.

A instituição disponibiliza também murais para divulgação dos eventos e ofícios pertinentes aos colaboradores, através de cartazes e folders.

Outro canal de comunicação interna são as redes sociais, nas quais são divulgados eventos culturais destinados aos alunos e colaboradores, congressos e eventos para participação de colaboradores/funcionários.

1.12. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O corpo discente da ESAPP é constituído por todos os estudantes que após se submeterem ao processo seletivo se encontram regularmente matriculados nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação da Instituição.

O direcionamento institucional está elencado na política de atenção aos discentes, garantindo apoio necessário para que os alunos possam participar de eventos no âmbito acadêmico, cultural, social e outros. O atendimento aos discentes abrange o desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, promovendo condições de integração social, recreação e lazer entre outras.

As diretrizes políticas para o atendimento ao discente são:

- avaliar permanente o desempenho acadêmico e satisfação dos discentes, de forma a promover ações destinadas à retenção, ampliação e captação, tendo como parâmetro a qualidade do atendimento prestado pelo corpo docente e corpo técnico-administrativo aos discentes;

- avaliar de forma sistemática a atuação docente dentro e fora da sala de aula, a forma como o mesmo se relaciona com os alunos e a percepção que este tem em relação à Instituição, considerando ainda a análise das reclamações protocoladas nos canais institucionais como Ouvidoria, CPA, Coordenações e Direção;

- promover o comprometimento da gestão com o atendimento aos discentes considerando as necessidades e exigências dos mesmos como clientes, adotando como base a capacitação dos colaboradores para elevação da qualidade do atendimento aos discentes.

- promover o desenvolvimento de técnicas que conduzam à superação das expectativas dos discentes bem como a ampliação da articulação das áreas e setores.

1.12.1. Formas de Acesso

O acesso está aberto “a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo” (LDB – art. 44 – inciso II), a transferidos de outras instituições ou portadores de diploma de curso superior em caso de vagas remanescentes.

O acesso, registro e controle acadêmico são administrados por sistema informatizado que permite interação pela Internet, entre o aluno e a Secretaria Acadêmica. Por esta via o interessado conhece a relação de aprovados no vestibular, faz sua matrícula, baixa boletos bancários, verifica faltas e notas.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constam os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação de provas, os critérios de classificação e de desempate e demais informações exigidas pela legislação em vigor. O processo seletivo destina-se a avaliar a formação dos candidatos e a classificá-los segundo o estrito limite das vagas oferecidas. As vagas oferecidas são as autorizadas pelo Órgão Competente. O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do Ensino Médio, sem ultrapassar este nível de complexidade. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o concurso, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá realizar-se novo processo seletivo ou nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outro curso ou instituição, ou portadores de diploma de graduação.

Das matrículas

A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação à Instituição de Ensino, realiza-se em prazos estabelecidos no Calendário Escolar. A matrícula feita por série, termo, semestre ou módulo, é renovada semestralmente, nos termos das normas aprovadas e nos prazos estabelecidos no Calendário Escolar. A não renovação da matrícula, nos prazos fixados, implica em abandono de curso e desvinculação do aluno da Instituição.

O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o comprovante de pagamento ou de isenção das contribuições ou taxas devidas, bem como da quitação de débitos anteriores, além de prova de quitação com as obrigações eleitorais, militares e civis, quando for o caso.

É concedido o trancamento da matrícula para o efeito de interrompidos os estudos, manter o aluno, com sua vinculação à Instituição e seu direito à renovação de matrícula no prazo fixado.

O trancamento de matrícula é concedido, se requerido nos prazos estabelecidos, por tempo expressamente estipulado no requerimento

Da Transferência e do Aproveitamento de Estudos

É concedida matrícula a aluno transferido de curso superior de instituição congênere nacional ou estrangeira, na estrita conformidade das vagas existentes no curso de interesse, se requerida nos prazos fixados no edital próprio de acordo com as normas aprovadas.

Em caso de servidor público, civil ou militar, removido "ex officio", para a sede da Instituição, de seus dependentes e de estudantes que se transfiram de domicílio para exercer cargo público, a matrícula é concedida independente de vaga e de prazos, nos termos da lei.

O requerimento de matrícula por transferência é instruído o histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias das disciplinas nele cursadas com aprovação e/ou reprovação, dependência e outros.

O aluno transferido está sujeito às adaptações curriculares que se fizerem necessárias, aproveitados os estudos realizados com aprovação no curso de origem, se equivalentes, nos termos das normas internas e da legislação.

O aproveitamento de estudos é concedido a requerimento do interessado e as adaptações são determinadas nos termos do plano de estudos elaborados, observadas as normas aprovadas e a legislação pertinente.

Em qualquer época, a requerimento do interessado, a Instituição concede transferência aos alunos nela matriculados.

1.12.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

A ESAPP prevê durante o período de vigência deste PDI, a concessão de um percentual de sua receita a título de bolsas de estudo, PROUNI e projetos sociais. A concessão de bolsas obedece a critérios pré-definidos, iniciados a partir de edital, seguido pela inscrição do candidato e comprovação documental. Em seguida, aos classificados é exigida a comprovação documental do grau de carência perante uma comissão institucional constituída especificamente para esse fim, com orientações emanadas da Mantenedora.

E concedido bolsa de 25% para os ingressantes, no primeiro semestre do curso e no decorrer do curso, também bolsa de 50% para estagiar no campus da IES.

A instituição mantém um Termo de Adesão junto a organismos federais para proporcionar aos discentes a possibilidade de Financiamento Estudantil – FIES, possibilitando abatimento no valor das mensalidades.

Também, os funcionários/professores e seus dependentes são beneficiados com desconto nas mensalidades, de acordo com a carga horária de trabalho do titular, obedecendo aos critérios da convenção coletiva de trabalho.

A Instituição, também mantém convênios com empresas e organizações públicas e privadas que concedem auxílio estudantil a seus funcionários.

Estímulos à permanência

A ESAPP tem como compromisso promover a atenção integral ao aluno, visando garantir sua permanência na instituição, oportunizando a interface entre o conhecimento teórico e a experiência prática, assim como a inserção em atividades de iniciação científica e extensão.

Para tal, destina ao corpo discente um adequado e eficiente atendimento de apoio ou suplementar às atividades de sala de aula. Proporciona ainda, atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional, prestando informações aos órgãos competentes, aos quais solicita providências bem como indica soluções.

Diversas formas de atendimento estão disponíveis aos alunos, ancorados na política de apoio ao discente:

- a Direção e as coordenações de cursos estão presentes na Instituição em horários simultâneos e/ou intercalados, para atendimento aos alunos, com cobertura semanal. O atendimento também se realiza por meio virtual, via site da Instituição, disponibilizando orientações e favorecendo solicitações quanto à rotina e registros acadêmicos, contato e orientações dos docentes, informações gerais, dentre outros.

- a Secretaria presta serviços de atendimento aos acadêmicos de segunda a sexta-feira das 8 horas às 17 horas no próprio espaço e se entende até às 22 horas com a presença de funcionários, oferecendo o suporte necessário aos alunos. O atendimento estende-se também por meio virtual, no portal da Instituição, disponibilizando orientações quanto à rotina e registros acadêmicos, dentre outros.

- a Biblioteca atende à comunidade acadêmica de segunda a sexta-feira, das 12h às 22h48min, disponibilizando consultas, empréstimos, orientação aos trabalhos acadêmicos, COMUT e outros serviços. Também disponibiliza por meio do site da Instituição o catálogo online, serviços de consulta ao acervo, reservas, periódicos digitais, bases de dados, e outras obras para auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades.

A Instituição entende que não basta apenas permitir aos alunos acesso aos seus cursos, mas, principalmente, garantir sua permanência durante o período de integralização dos mesmos.

Para tal propósito, estão descritas nos itens a seguir as ações de estímulo à permanência do aluno previstas durante a vigência deste PDI.

1.12.3. Acessibilidade

A ESAPP se propõe a oferecer todas as modalidades de acessibilidade, as quais constam ao longo deste documento, destinadas tanto à comunidade interna com também à comunidade externa.

O atendimento aos alunos também contempla diversas formas de acessibilidade que venham a favorecer e facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Na proposta pedagógica desenvolvida na ESAPP está contemplada a promoção de acessibilidade metodológica, pedagógica, atitudinal e de comunicação, que são introduzidas nos planejamentos do ensino-aprendizagem e efetivadas conforme as análises das necessidades da comunidade discente.

1.12.4. Programa de Nivelamento

É fato notório que alguns alunos que ingressam no ensino superior apresentam dificuldades em conteúdos básicos. Para minimizar os efeitos desta defasagem deve-se oferecer a oportunidade de nivelamento de conhecimentos entre todos os alunos de tal forma que o rendimento do aprendizado conjunto seja maximizado.

O Programa de Nivelamento é constituído de um conjunto de ações voltadas para a recuperação das deficiências de formação do aluno que ingressam na Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista – ESAPP.

A iniciativa permite o desenvolvimento dos conceitos básicos necessários ao acompanhamento do curso de graduação oferecido pela instituição.

Objetivo

O objetivo deste Programa é proporcionar ao discente a oportunidade de acompanhamento eficiente das disciplinas, por meio de nivelamento de conteúdos básicos. É também objetivo, proporcionar aos alunos mais avançados a oportunidade de atividades práticas através do exercício da monitoria.

Oferecimento

Sempre que é constatada defasagem de conhecimentos, entre alunos de um mesmo grupo, que possa comprometer o acompanhamento da disciplina, deve ser, após estudo da questão no âmbito do Curso, proposto pela coordenação de curso a realização do nivelamento.

Desenvolvimento

Por meio do programa de monitoria, é oferecida em horário extraclasse, a oportunidade de aperfeiçoamento de conteúdos, utilizando, para esta atividade, alunos de séries mais avançadas, professores e professor designado para orientação do Programa.

1.12.5. Apoio Psicopedagógico e Psicológico

O atendimento ao aluno na ESAPP é estabelecido por diversas formas. Quanto aos processos nos quais os alunos apresentem dificuldades emocionais e psicopedagógicas, a ESAPP já possui em funcionamento o Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP, que busca atender aos alunos, colaborando positiva e efetivamente para o melhoramento do seu desempenho acadêmico e da aquisição do bem-estar pessoal e social.

O NUAPP, da ESAPP, é constituído por um conjunto de princípios e diretrizes que o nortearão na perspectiva de inclusão, do aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem, o trabalho dos docentes e funcionários.

O Núcleo constitui um espaço por excelência de contato e debate, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Instituição e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o profissional promoverá a orientação de acordo com a necessidade do usuário e ou realizar os encaminhamentos para resolução de problemas dessa ordem.

O NUAPP possui como principal atribuição desenvolver o elo entre alunos e Escola, no intuito de estimular competências, de resolver conflitos, buscando dirimir possível desmotivação e o insucesso acadêmico.

O Núcleo de Apoio Psicológico e Psicopedagógico – NUAPP é composto por Psicólogo e Pedagogo, sendo integrado ao quadro de profissionais o número necessário para abranger o atendimento dos alunos matriculados.

1.12.6. Monitoria

A atividade de monitoria está vinculada especialmente ao ensino. São alunos, encarregados de dar suporte aos docentes no preparo e desenvolvimento das aulas e acompanhamento aos alunos que apresentem dificuldades no processo de aprendizagem. Tais monitores podem aproveitar as horas dedicadas, computadas como Atividades Complementares. O objetivo é dar oportunidades tanto para quem tem dificuldades, como para os que têm facilidade na construção do conhecimento. Os primeiros têm a chance de rever a adquirir os conteúdos que não ficaram claros durante a aula; e os segundos têm a oportunidade de trabalhar o conhecimento adquirido e com isso aprender ainda mais, incrementar o currículo e melhorar seu desempenho em termos de didática e exposição em público, iniciando uma experiência docente já na graduação.

A Monitoria tem por objetivo:

- proporcionar a alunos de graduação treinamento didático e profissional, que os oriente para o ingresso na carreira de docente ou de pesquisador de nível superior;
- proporcionar a alunos de graduação a participação no processo educacional e acadêmico da instituição; e,
- proporcionar ao corpo docente da ESAPP a assistência de colaboradores qualificados para o melhor rendimento técnico, científico e pedagógico das aulas e demais trabalhos escolares.

1.12.7. Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados

O estágio não obrigatório remunerado na ESAPP segue os preceitos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

O Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Nesse sentido, o aluno que desejar realizar o estágio não-obrigatório seguirá as seguintes diretrizes:

- o estágio não obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza;
- o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.
- a eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.
- a Coordenação do curso orientará o aluno quanto à sua participação em estágio não obrigatórios remunerados;
- o NAA realizará a intermediação e o acompanhamento dos alunos que realizarem o estágio não-remunerado.

1.12.8. Organização Estudantil (Espaço Para Participação E Convivência Estudantil)

A representação discente da ESAPP está organizada na forma de Diretório Acadêmico. A sede está localizada no campus urbano em sala disponibilizada pela Instituição.

1.12.9. Acompanhamento dos Egressos

A preocupação com o acompanhamento do egresso ocorreu numa primeira experiência informal, quando da emissão de malas diretas, seguida da organização de encontros de ex-alunos e mais formalmente a partir da criação da Associação de Ex-Alunos, em 1998. O intuito inicial da criação deste projeto foi evidenciar a “relevância social e econômica dos recursos humanos saídos da Instituição e a absorção destes no mercado de trabalho, enfatizando também o grau de satisfação do egresso no trabalho e a localidade onde exerce tal atividade”.

Assim, tanto o contato direto quanto através da Associação, busca-se conhecer a participação do profissional no desenvolvimento da região, no que tange ao processo científico, econômico, social e humano, em diferentes partes do Estado de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, locais que absorvem a maior parte dos egressos.

O projeto também tem o objetivo de contribuir no processo de aperfeiçoamento dos seus cursos de graduação, tanto no aspecto pedagógico, como na qualidade do corpo docente e adequação e melhorias na infraestrutura, resultando, dessa forma, em melhor nível qualitativo do ensino, em atendimento das demandas do mercado de trabalho e da sociedade.

A Instituição procura também, constantemente organizar eventos, onde o ex-aluno é convidado a voltar à Instituição e, em forma de depoimento, narra toda sua trajetória de vida profissional, a partir da colação de grau. Tal iniciativa tem gerado o espírito e a consciência crítica de que, cada graduando deve, além do esforço para assimilar conteúdos teóricos e práticos fornecidos pela IES, buscar outros horizontes de enriquecimento curricular, o que culminará na formação de um profissional fundamentado em valores éticos, empreendedores e de cidadania, vivenciando uma renovada visão de mundo e de ativo espírito crítico-reflexivo sobre o homem, a agropecuária e a realidade regional, reforçando assim, a missão institucional da Instituição.

Dessa forma, a questão do acompanhamento dos egressos representa uma preocupação constante, pela importância que os resultados podem dar para o posicionamento estratégico da Instituição.

Atualmente a instituição conta com um grupo de ex-alunos nas redes sociais que permite a comunicação entre o Egresso e a ESAPP. No site também poderão ser encontradas informações sobre os ex-alunos e seu posicionamento no mercado de trabalho.

1.13. POLÍTICA DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A ESAPP oferece espaços para a realização de várias modalidades de eventos visando atender às diversas formações dos acadêmicos. A Instituição está comprometida com o objetivo de promover e apoiar a participação da comunidade acadêmica em eventos científicos e culturais que ocorram dentro ou fora da Instituição.

As coordenações dos cursos possuem como atribuições o incentivo aos alunos para participação de eventos de várias modalidades. Paralelamente, os docentes incentivam a produção científica própria ou em colaboração, visando à criatividade e o desenvolvimento do espírito científico.

Destaca-se, outrossim, a participação dos alunos no Plano de Estímulo e Difusão para a Produção Acadêmica (PEDPAC), destinado aos docentes, discentes e de grupo egresso da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista.

O PEDPAC tem o propósito de assegurar e fomentar a produção discente, docente e de egressos, colaborando para a geração de conhecimento na instituição. Articula-se de forma integrada ao ensino, a pesquisa/iniciação científica e a extensão, fortalecendo processo de ensino-aprendizagem.

Estão presentes na proposta do PEDPAC o atendimento às seguintes diretrizes relativas ao corpo discente:

- fomentar a produção discente, docente e de egressos, colaborando para a geração de conhecimento na instituição;
- assegurar a divulgação em publicações científicas, didático-pedagógicas e tecnológicas da produção acadêmica constante nos projetos da ESAPP, incentivando a participação dos docentes e discentes em eventos;
- articular de forma integrada o ensino, a pesquisa/iniciação científica e a extensão.

Na proposta do PEDPAC encontra-se também a criação de um periódico especializado semestral de conteúdo multidisciplinar aberto à comunidade científica, disponibilizado em meio eletrônico.

A sistemática atual da extensão integrada na matriz curricular dos cursos de graduação constitui-se em outra vertente importante da integração dos alunos em eventos e de produção, sendo que o planejamento das atividades de extensão no curso requer a participação efetiva dos alunos tanto na construção como no desenvolvimento das atividades.

1.14. POLÍTICA PARA A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO

A organização institucional abrange a gestão no âmbito acadêmico como no administrativo levando em conta os aspectos estratégico, tático e operacional.

A missão e a vocação da instituição espelham os direcionamentos para cada área, curso ou setor, visando o atendimento dos objetivos institucionais.

A gestão no âmbito acadêmico possui por finalidade a organização dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, observando-se os direcionamentos das instâncias de decisão e a legislação educacional, criando condições adequadas para oferta e continuidade das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

A dimensão acadêmica reúne ainda um conjunto de fatores estruturais como a gestão da infraestrutura física e tecnológica, e a gestão dos profissionais especializados nas áreas de atuação dos cursos ofertados pela instituição.

A gestão no âmbito administrativo está direcionada para o gerenciamento de pessoas, setores e serviços, aspectos de caráter financeiro e estratégico da instituição pautada no respeito e atendimento à legislação vigente.

As Diretrizes Políticas que regem a organização institucional são:

- promover gestão que assegure a sustentabilidade financeira, administrativa e acadêmica da Instituição, proporcionando aos seus diversos segmentos a infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades;
- favorecer a gestão das informações, possibilitando a identificação de problemas e subsidiando alternativas na busca por resultados;
- consolidar a gestão democrática e participativa por meio do funcionamento dos Conselhos.
- elaborar programa de capacitação de Recursos Humanos, atendendo às necessidades da Instituição e viabilizando aos colaboradores forma de crescimento pessoal;
- assegurar o desenvolvimento de um processo avaliativo institucional abrangente e permanente, comprometido com a melhoria da qualidade da Instituição;
- promover e desenvolver ações que propiciem um clima organizacional favorável ao bom desempenho do corpo social da Instituição;
- assegurar a implementação e o desempenho das políticas e dos princípios estratégicos de acordo com o PDI;

- quantificar e qualificar avanços e deficiências no funcionamento da Instituição e identificar causas e consequências de ordem institucional, social, econômica, pedagógica, administrativa, física, humana etc. que lhe dão origem.

- garantir a qualidade dos serviços prestados, estimulando os colaboradores ao senso de pertencimento à instituição, tendo como propósito o desenvolvimento de competências técnicas de trabalho em equipe com visão e responsabilidade sistêmica.

- estimular o clima organizacional incentivando seus colaboradores e estudantes à participação, ao diálogo construtivo, preservando a ética, o respeito e as boas relações de convivência.

O planejamento e a gestão da ESAPP representam o caminho que a instituição escolheu para evoluir desde a situação presente até a situação desejada no futuro, tendo como política principal a valorização do ser humano, em todas as suas dimensões, independentemente de sua posição hierárquica na comunidade acadêmica.

1.15. POLÍTICA PARA A GESTÃO DE PESSOAS

O gerenciamento de pessoas envolve além da distribuição das funções, as atribuições de responsabilidades, a valorização e o reconhecimento dos talentos e da intelectualidade.

A gestão de pessoas no segmento educacional contempla variáveis como a diversificação da categoria dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento e funcionamento dos cursos e programas.

Pode-se agrupar de forma geral, as categorias de colaboradores que fazem parte do corpo social da Instituição:

- o corpo técnico-administrativo que atua diretamente na operacionalização e no apoio das atividades acadêmicas (ensino, iniciação científica e extensão); e

- o corpo docente que tem a função primordial de executar a proposta pedagógica dos cursos.

A formação e a experiência profissional são as bases que alicerçam a escolha e seleção da equipe técnica e pedagógica.

A política de recursos humanos tem como principal objetivo atender aos fatores como a gestão dos talentos e a valorização dos recursos humanos englobando a capacitação, o aperfeiçoamento e o treinamento.

A Política de Gestão de pessoas tem foco no desenvolvimento pessoal, contemplando propostas de capacitações na área organizacional dos colaboradores abrangendo:

- a capacitação técnica,
- avaliação de desempenho profissional e atendimento às necessidades institucionais;
- plano de carreira; e
- apoio na participação de eventos.

1.15.1. Corpo Docente

A ESAPP tem por premissas que, se por um lado o padrão de qualidade almejado para seus cursos está diretamente relacionado com a qualidade, competência e motivação de seu corpo docente, por outro lado, para atingir um desempenho institucional de excelência há que se garantirem condições adequadas de segurança bem como perspectiva profissional aos mesmos em aspectos como carreira, remuneração e reconhecimento.

A Instituição adota uma política de gestão do corpo docente focada no alcance da qualidade e excelência do ensino a ser ofertado. A capacitação e o acompanhamento do trabalho docente traduzem-se em política institucional de grande importância. Em consonância, já está implementado o Plano de Carreira Docente, que contempla o conjunto de direitos e deveres dos mesmos bem como sua progressão profissional junto à Instituição.

Deste modo, o corpo docente institucional está pautado pelas seguintes diretrizes:

- propiciar o atendimento aos requisitos de titulação, formação acadêmica, regime de trabalho e experiência profissional;
- promover aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos docentes, visando desenvolver as habilidades com as práticas de ensino e uso das tecnologias inerentes a sua área de atuação;
- implantar o Plano de Gestão e Carreira Docente o qual contém as regras para o ingresso, progressão, direito e deveres dos docentes;
- disponibilizar material didático pedagógico para que a atuação docente possa ser completa sem prejuízos do desenvolvimento dos planos de ensino dos Projetos Pedagógicos.
- disponibilizar ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades didáticas e pedagógicas dos docentes.

Plano de Gestão e de Carreira Docente

O Plano de Carreira Docente da Fundação Gammon de Ensino (FUNGE), mantenedora da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista, regula as condições de admissão, demissão, competências, direitos e vantagens, bem como os deveres e responsabilidade dos docentes contratados para lecionar na instituição mantida.

O corpo docente de cada curso será constituído pelo pessoal que nele exerça atividades de ensino, pesquisa e extensão, na condição de Professor.

O cargo de docente da FUNGE para lecionar na IES mantida, é acessível a todos quantos satisfaçam os requisitos necessários para a função, de acordo com a legislação trabalhista e aqueles estabelecidos no Plano de Carreira Docente.

Entende-se como atividades da docência, aquelas cuja denominação possua a nomenclatura Professor, tendo como função a atividade de ministrar aulas e demais atividades inerentes e estejam adequadas ao sistema indissociável do ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão, exercidas na Instituição, com o objetivo de ampliar e transmitir o saber.

No Plano de Carreira, também são descritos a constituição do corpo docente, os procedimentos e critérios de seleção e de admissão e contratação do pessoal docente; a classificação, descrição e fixação dos cargos; critérios de promoção; ingresso e acesso; os procedimentos de afastamento e de substituição; o regime de trabalho e remuneração.

O plano de carreira docente da FUNGE está protocolado para avaliação e homologação do Ministério do Trabalho.

Políticas de Capacitação Docente e Formação Continuada

A política de qualificação docente da Instituição está calcada no estímulo que se dá ao docente para que possa se aperfeiçoar, mediante a realização não somente de cursos de pós-graduação, mas também na participação de eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional. No que tange à pós-graduação, a IES tem participado da seguinte forma:

- organiza o quadro semanal do horário de aula do professor de forma que não prejudique a sua frequência aos cursos e, caso o professor ocupe uma função administrativa, o libera da frequência ao trabalho no dia do curso, sem prejuízo de sua remuneração;

- contribui, na medida da disponibilidade de recursos financeiros, com pagamento de parte das mensalidades devidas, em percentual que é definido de acordo com o interesse do curso para a Instituição;

- no caso de cursar pós-graduação (sobretudo mestrado e doutorado) em Instituições públicas gratuitas, a Instituição paga a taxa de matrícula, bem como o transporte para o professor e, também, o libera do horário, se for o caso;

- para os professores que procuram se qualificar melhor há um incentivo pecuniário em sua remuneração, previsto no Plano de Carreira Docente;

- trabalha com a conscientização do professor sobre a importância de obter títulos de mestrado e doutorado, inclusive oferecendo aos mesmos a relação dos possíveis cursos existentes no país.

As metas são e serão alcançadas com a previsão no orçamento da mantenedora dos recursos necessários para cobrir os gastos com a qualificação docente. O Plano de Carreira Docente da instituição visa, principalmente, incentivar uma melhor qualificação dos professores, por meio da realização de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento, atualização etc.

Os docentes que ministram disciplinas que contemplam horas na modalidade EaD assumem as responsabilidades referentes ao desenvolvimento das ementas tanto em atividades presenciais como por meio das tecnologias de informação e comunicação.

Por meio do site e sistema da ESAPP o docente (tutor) acessa o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e inclui os conteúdos, atividades, material complementar, bem como acompanha a execução e esclarece as dúvidas dos alunos.

Nesse sentido, a qualificação do corpo docente na modalidade EaD, inclui capacitações para a utilização do sistema, como para o preparo de material

1.15.2. Corpo Técnico-Administrativo

A ESAPP possui a visão política da importância do desempenho do corpo técnico-administrativo na vida organizacional das instituições de ensino superior. A equipe de colaboradores ao se responsabilizar pelas atividades não docentes assume o compromisso de cuidar dos interesses da instituição servindo e apoiando as atividades de ensino, iniciação científica e extensão, bem como as necessidades especiais do corpo docente e discente.

Assim, constituiu um corpo técnico-administrativo integrado por profissionais com formação adequada e em quantidade suficiente, sendo criativos, proativos, éticos, e preparados para oferecer um serviço de atendimento qualificado e reconhecido.

O corpo técnico-administrativo está pautado pelas seguintes diretrizes:

- estimular o desenvolvimento da qualificação profissional, preparando o profissional dentro de sua área de formação, por meio de programas de aperfeiçoamento, treinamentos técnicos, oficinas e outros;

- promover o reconhecimento profissional, visando a valorização por meio de suas funções, responsabilidades e cargos em todos os níveis.

- operacionalizar o plano de cargos e salários promovendo a ascensão dos colaboradores a cargos de maior responsabilidade e remuneração por meio do mérito tendo o desempenho e a competência como pré-requisito.

Políticas de Capacitação e Formação Continuada para o Corpo Técnico-Administrativo

Buscando a Qualificação Profissional, a ESAPP tem sempre a preocupação de desenvolver programas de capacitação e qualificação do seu corpo técnico-administrativo tendo como objetivo:

- no treinamento preliminar, a preparação para o exercício das atribuições dos cargos;
- nos cursos de aperfeiçoamento e especialização para melhorar o desempenho de suas tarefas;
- em cursos de formação geral, por exemplo, para a introdução de técnicas de modernização, inclusive informática;
- em cursos de atendimento a interesses individuais como forma de ampliar suas perspectivas, melhorar sua visão crítica e possibilitar melhor qualidade de vida.

O regime de trabalho também obedece às normas da CLT.

A Instituição oferece ao colaborador capacitação funcional, como também possibilidades de formação por meio de bolsas de estudo para matrículas em seus cursos ofertados. Mediante estudos poderá também oferecer bolsas de estudos em outras instituições ou órgãos.

1.16. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ESAPP entende este compromisso, como um processo que atenda o cidadão individualmente, os grupos sociais e de forma ampla a região, pois, o espaço da instituição de ensino é o espaço da sociedade onde ela se insere e as salas de aulas são do tamanho de sua região.

A ESAPP representa uma excelente alternativa de ensino superior na região à disposição de egressos do ensino médio. Permite àqueles que pretendendo acesso à formação universitária têm dificuldade de deslocamento ou fixação de residência em centros maiores. Portanto, o funcionamento da Instituição vem contribuir para o ingresso de profissionais qualificados no mercado de trabalho nas áreas profissionais comprovadamente carentes. Em outras palavras, a inclusão social via qualificação profissional.

Porém, o problema econômico representa um desafio para grande parte dos jovens que procuram no ensino superior uma formação profissional digna e uma qualificação para o mercado de trabalho. Para eles a graduação significa, sobretudo, a possibilidade de inserção social. A extrema desigualdade social que caracteriza o país reflete diretamente na população estudantil, impossibilitando que parcela significativa possa ter, por razões econômicas, acesso à universidade. Pode assim surgir neste momento uma dúvida: teria todo o aluno condição financeira para ingressar e permanecer na Instituição? A realidade mostra que não. Num caso como este a solução para muitos alunos, talvez única, seja a concessão de bolsas de estudo a alunos carentes e que pode ser entendida como ato de responsabilidade social por permitir que a principal atividade da IES – o ensino possa ser compartilhado por parte da população menos favorecida. Esse investimento direto no capital humano contribuindo para a qualificação pessoal e resultando no aumento de renda e na produtividade do beneficiado faz parte da preocupação social da IES.

Em resumo, ao viabilizar a permanência do aluno, a ESAPP está praticando mais um ato de responsabilidade social.

No entanto, essa IES entende que colocar e manter o aluno dentro da Instituição é apenas mais um passo para resolver o problema da inclusão social e de cumprir sua responsabilidade social. Mais do que isso, é necessário formar um profissional qualificado, reflexivo e participante, capaz de desenvolver-se orientado para assumir com responsabilidade e liberdade suas ações e atitudes, através de uma educação que garanta direito ao conhecimento, privilegie o comportamento ético, amplie o pensamento crítico, possibilite uma visão panorâmica dos problemas regionais, do Brasil e do Mundo. Desta forma pode-se atender a expectativa do aluno que é traduzida em temas como ingresso no mercado de trabalho, ascensão profissional, aumento de renda, amadurecimento pessoal. Ao atender ainda a expectativa da comunidade que espera contar com cidadãos

competentes, eficientes, criativos, éticos, empreendedores que possam participar do desenvolvimento da comunidade trazendo uma melhor qualidade de vida, a Instituição pratica a responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a diminuição das desigualdades sociais.

Portanto responsabilidade social tem tudo a ver com o processo ensino-aprendizagem. O desafio é formar e não apenas instruir. As práticas pedagógicas devem levar o aluno a preocupar-se com o bem comum, diagnosticar problemas e elaborar estratégias de intervenção no cenário em que atua.

Na ESAPP as políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e responsabilidade social possuem grande abrangência e interação, com estreitas finalidades, com as políticas do ensino, da pesquisa/iniciação científica, da extensão, da inovação tecnológica. Ao mesmo tempo cumprem a missão e os valores institucionais.

Nesse sentido visando maior interação entre as políticas institucionais estão previstas as seguintes ações:

- ampliar as atividades extensionistas direcionadas tanto nos programas específicos dos cursos de graduação no âmbito da curricularização da extensão, como nos programas globais da Instituição.

- apoiar o aluno durante sua formação, integrando em especial os procedentes dos segmentos sociais de menor renda, com atividades de nivelamento, monitorias, apoio psicopedagógico e psicológico, bolsas de estudo, dentre outras que possam ser planejadas pela Instituição;

- estabelecer parcerias com os gestores regionais e nacionais, a fim de desenvolver atividades de ensino, investigação científica e extensão que resultem no aprimoramento e desenvolvimento socioeconômico da região de Paraguaçu Paulista, como também em âmbito nacional;

- atualizar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos para atender aos requisitos da legislação educacional, bem como as expectativas do mercado de trabalho.

oferece programas e cursos para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de liderança integrando principalmente as atividades de iniciação científica e de extensão;

- estimular o desenvolvimento de uma cultura de inovação na instituição, com acolhimento a novas ideias, estabelecendo treinamento para docentes e técnico-administrativos e programas de incentivo,

- programar principalmente nos espaços destinados à prática o desenvolvimento de estudos que visem ao estímulo de novas ideias empreendedoras;

- promover ações de responsabilidade social que atendam aos princípios da diversidade humana, socioeconômica, cultural, religiosa, e da inclusão, da identidade de gênero, das necessidades especiais, da orientação sexual;

- prover o Balanço Social com as ações que integram a política de responsabilidade social da Instituição, conduzindo à análise dos resultados e à elaboração de novas propostas.

1.16.1. Política para a Educação Inclusiva

A inclusão social tem por conceituação o acesso de todos aos benefícios oferecidos pela sociedade, com fundamentos relacionados ao respeito às diferenças, ao exercício da cidadania e à dignidade humana.

Refere-se, desse modo às questões de igualdade de acesso a bens culturais, tecnologias, informações e serviços, bem como a valorização das expressões culturais, as escolhas religiosas, a diversidade racial e a orientação sexual.

A ESAPP entende que no âmbito de sua atuação, o processo de inclusão social implica nas seguintes diretrizes políticas:

- garantir uma formação acadêmica que promova o desenvolvimento pleno do indivíduo, valorizando sua participação social em um meio multicultural e pluriétnico;
- adotar nos currículos dos cursos da Instituição, práticas heterogêneas e inclusivas que garantam o acesso e a permanência dos estudantes;
- flexibilizar os currículos, respeitando o caminhar próprio do estudante e favorecendo seu progresso escolar;
- assegurar e ampliar recursos e serviços educacionais para apoiar e complementar ações na perspectiva da educação inclusiva;
- prever nos projetos pedagógicos dos cursos a educação em direitos humanos, preservando a equidade e respeitem a diferença;
- promover a troca de informações sobre as formas de viabilização de ações entre a comunidade acadêmica, o setor produtivo regional e a sociedade, em relação à inclusão;
- desenvolver projetos voltados para grupos da terceira idade, alfabetização solidária, educação ambiental entre outros;
- promover o apoio didático-pedagógico, criação de bolsas, desenvolvimento de pesquisas e incentivos às publicações relacionadas à inclusão social;
- realizar de programa de nivelamento, apoio psicopedagógico e incentivo à iniciação científica, tendo como meta a inclusão social;
- apoiar a realização de programas de valorização da diversidade, de ações de voluntariado e medidas socioeducativas.

1.17. POLÍTICAS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

As diferenças culturais, sociais, raciais, religiosas, econômicas e outras que garantem a diversidade têm sofrido alterações significativas ao passo que a tecnologia e o acesso à informação têm se desenvolvido, modificando a vida do homem e a forma como conhecemos, aprendemos e entendemos o mundo.

A educação e as instituições de ensino se deparam com uma diversidade muito mais complexa e em constante transformação. A articulação entre o atendimento à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, da promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial deve estar voltada para assegurar a integração entre o aluno e a comunidade em geral.

1.17.1. Políticas para a Valorização da Diversidade da Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial

De acordo com os pressupostos da Resolução CNE-CP nº 01/2012, a Educação em Direitos Humanos tem por finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentando-se nos princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, da democracia na educação, da transversalidade, vivência e globalidade, e da sustentabilidade socioambiental.

Históricamente, a proteção universal dos direitos humanos foi estabelecida, pela primeira vez, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos, elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

O Direito Internacional dos Direitos Humanos estabelece as obrigações dos governos de agirem de determinadas maneiras ou de se absterem de certos atos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de grupos ou indivíduos.

Outrossim, dentre as políticas nacionais contempla-se também as propostas de atendimento aos pressupostos da igualdade étnico-racial.

A Instituição introduz em sua estrutura os preceitos da Resolução CNE nº 01/2004 e Parecer CNE-CP 03/2004, que indicam às Instituições de Ensino Superior a inclusão nas propostas pedagógicas de seus cursos da Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e, em extensão incluem-se também as questões indígenas, conforme preceitua a Lei 11.645/2008.

Para tanto, assume compromisso com a comunidade na qual se insere, definindo para compor o perfil de seus egressos com as seguintes características: profissional com formação generalista, crítica e reflexiva, sólida formação científica e profissional geral que o capacite a absorver e desenvolver tecnologias que permitirão a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Dentre as competências registradas para compor o perfil desejado para o egresso destacam-se:

- postura ética e visão humanística no exercício da profissão, tanto em relação ao setor que atua como em relação à organização como um todo, observando os aspectos sociais, culturais, psicológicos e econômicos do contexto;
- compromisso no exercício da profissão como cidadão atuante e consciente da sociedade multicultural e pluriétnica em que vivemos, contribuindo para relações étnico-sociais positivas rumo à construção de uma nação democrática;

Para a valorização da diversidade da promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial estão direcionadas as seguintes diretrizes:

- contemplar a Educação em Direitos Humanos em todos os projetos pedagógicos dos cursos;
- promover iniciativas periódicas que visam à promoção dos direitos humanos;
- promover o desenvolvimento de princípios e valores para a formação de egressos fundamentados nos direitos humanos e na igualdade étnico-racial;
- promover a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial;
- fomentar o desenvolvimento do senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania.

A organização curricular dos cursos da Instituição atendem à Resolução n. 1/2012 que estabelece diretrizes nacionais para a temática Direitos Humanos, bem como a da Resolução CNE nº 01/2004. Contemplam essas questões através de disciplinas que relacionem aos direitos humanos, relações étnico-raciais, afrodescendentes e indígenas por meio de conteúdos dispostos em ementários das matrizes curriculares. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e iniciação científica, além de percorrer de forma transversal e interdisciplinar nas atividades complementares onde essa temática esteja envolvida, em eventos, discussões e abordagens diversas realizadas no decorrer do curso.

1.17.2. Políticas para a Valorização da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural

Buscando o entendimento do universo que contempla a cultura, a memória e o patrimônio cultural, a literatura traz os registros de Dantas (2015)³, do qual pode-se registrar, como segue.

"Cultura é um processo de adaptação ao meio ambiente imaginado e controlado pelo Homem, mais célere e flexível do que a adaptação genética, e que também possui a vantagem de ser facilmente transmissível.

Essas estratégias de adaptação e de sobrevivência são testadas, acumuladas, transmitidas e reproduzidas através das gerações, e passam a constituir o acervo de conhecimentos e experiências de um grupo, que reflete o seu modo peculiar de existência, de compreensão e transformação da realidade, e formam o conjunto denominado "patrimônio cultural". A noção de patrimônio surge quando o indivíduo ou grupo de indivíduos reconhece como seu um objeto ou grupo de objetos. Essa concepção traz embutida a ideia de apropriação pelos indivíduos, e sugere que ele possui valor, apreço individual ou social atribuído aos bens de uma circunstância histórica e segundo o quadro de referências e representações.

Portanto, o patrimônio cultural é uma construção social (constructo), que depende daquilo que um determinado grupo humano, em dado momento, considera digno de ser legado às gerações futuras.

Os elementos que formam esse acervo, denominados bens culturais, são heterogêneos e condicionados por fatores ambientais, econômicos e sociais que dão ensejo à diversidade. Os tempos mudam, os desafios e as respostas mudam, e tais elementos estão sujeitos a permanente e contínua valoração pela sociedade, que determina quais permanecerão e serão legados às futuras gerações, quais serão substituídos, e quais serão esquecidos."

De acordo com o Manual de Orientação às Políticas Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural, publicado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU/SP4, a Educação Patrimonial envolve iniciativas educacionais, formais ou não, voltadas à preservação dos bens culturais, a fim de colaborar para o seu reconhecimento e valorização, abrangendo práticas pedagógicas focadas no patrimônio cultural para melhor interpretá-lo.

Para a preservação do patrimônio cultural, favorecendo a memória cultural e a produção artística é imprescindível a definição de políticas públicas, em todas as instâncias, municipal, estadual e federal.

O patrimônio cultural de um povo deve ser compreendido como algo que lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que seja reconhecido como comunidade. São inspirados valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulado o exercício da cidadania e do senso de lugar e de continuidade histórica.

A política para a memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural da ESAPP está amparada nas seguintes diretrizes:

- aperfeiçoar programas e projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- contribuir com a inclusão social, a promoção da cidadania, o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

³ DANTAS, F.S. O patrimônio cultural protegido pelo estado brasileiro. In: **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade [recurso eletrônico] / Juliano Bitencourt Campos, Daniel Ribeiro Preve, Ismael Francisco de Souza, organizadores Curitiba: Multideia, 2015.

⁴ Disponível em: https://issuu.com/causp_oficial/docs/manual_patrimonio_2022.

1.17.3. Políticas para a implementação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Os cursos trazem, em sua composição, a oferta da disciplina de Libras em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, que é ofertada como disciplina curricular optativa.

1.17.4. Políticas para a Educação Ambiental

Em se tratando da política de meio ambiente, a ESAPP considera os interesses da comunidade, assumindo a defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito da região de sua inserção.

Neste sentido, a Instituição está alicerçada nas seguintes diretrizes:

- gerenciar o impacto ambiental, por meio do conhecimento sobre o impacto das atividades no meio ambiente, minimização de entradas e saídas do processo produtivo e responsabilidade sobre o ciclo de vida dos produtos e serviços;
- adotar uma postura de responsabilidade frente às gerações futuras, por meio de ações de compensação da natureza pelo uso de recursos e impactos ambientais e educação ambiental;
- estimular a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, o cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído;
- adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.
- incentivar a pesquisa e a apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;

A ESAPP considera em todos os seus projetos, tanto de desenvolvimento institucional, como nos pedagógicos dos cursos que mantém, o Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que "institui a Política Nacional de Educação Ambiental", bem como os requisitos definidos na Resolução CNE nº 2/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

A organização curricular dos cursos contempla os temas relacionados à educação ambiental e sustentabilidade por meio de disciplinas que relacionem a educação ambiental, nos conteúdos dispostos em ementários das matrizes curriculares dos cursos ofertados.

Por outro lado, os temas relacionados à educação ambiental e sustentabilidade também são trabalhados de forma transversal, possibilitando aos alunos a integração interdisciplinar, via eventos com foco na respectiva temática, promovendo um diálogo entre a comunidade local e os representantes dos setores público e privados, sobre a questão ambiental global, nacional e regional.

1.17.5. Políticas para as Interfaces Sociais

As diretrizes políticas para as interfaces sociais da ESAPP estão alicerçadas nos parâmetros orientadores da legislação vigente.

A Constituição Federal, em seu artigo 206, nos três primeiros incisos: O ensino é ministrado com base nos seguintes princípios:

- "I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.”

A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases para Educação (LDB), também define dentre os princípios da educação, no Art. 3º e seus incisos:

- a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- o respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- garantia de padrão de qualidade;
- valorização da experiência extra-escolar;
- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- a consideração com a diversidade étnico-racial.
- garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Ainda encontra-se estabelecido na Lei nº 9.394/96, no Art. 43, inciso VI:

[... "estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de parceria" e no atendimento das necessidades de sua comunidade acadêmica." ...]

O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, contempla em suas diretrizes a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, dentre outras.

A Meta 12.5 registra: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico. E a Meta 12.11 inclui: fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do país.

A instituição pretende formar e estabelecer relações de parcerias com a comunidade e com o entorno, com outras instituições de ensino e pesquisa (públicas ou privadas), e também como o setor produtivo.

A política para interfaces sociais está pautada nas seguintes diretrizes:

- estabelecer parcerias para implantação de projetos que viabilizem a capacitação técnica e prática, o aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano;
- promover a integração com agências de fomento para a realização de ações que viabilizem as interfaces sociais junto à sociedade em geral;
- divulgar junto às entidades externas, comunidade acadêmica e comunidade em geral sobre as atividades voltadas às interfaces sociais realizadas pela Instituição;
- desenvolvimento de alianças estratégicas e estabelecimento de parcerias que atendam aos problemas econômicos, políticos e socioculturais da área de influência institucional;

- cumprir continuamente a legislação brasileira, incluindo a educacional que diz respeito à antidiscriminação;
- cumprir as cotas determinadas por lei para contratação de pessoas com deficiência;
- promover iniciativas periódicas que visam à promoção da diversidade e eliminar a incidência de qualquer prática discriminatória, tanto em relação à mobilidade interna quanto em processos de seleção, admissão e promoção;
- promover campanhas de conscientização interna sobre diversidade, incluindo gênero, raça, pessoas com deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, e outras;
- introduzir a política de não discriminação nos processos de recrutamento e seleção, promoção e participação em treinamentos;
- manter contratos formais de trabalho que se alinham ao pleno cumprimento da legislação trabalhista;
- consolidar a imagem institucional associada à sua relação com a sociedade.

2. ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

2.1. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

A Instituição procura continuamente adequar suas instalações para garantir o acesso a todos os alunos portadores de necessidades especiais, de acordo com a legislação pertinente.

- Decreto 5.296/2004, Portaria MEC nº 3.284/2003 e Norma Técnica 385/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC.

Em atendimento ao Decreto 5.296/2004 que estabelece os requisitos de acessibilidade, toma como referência a Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Da mesma forma, atende à Portaria MEC 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições e a Norma Técnica 385/2013/CGLNRS/DPR/SERES/MEC.

Visando priorizar a viabilização desta legislação, a ESAPP realiza:

- criação de vagas de estacionamento de uso exclusivo dos portadores de deficiência física, devidamente sinalizadas e indicadas segundo norma ABNT 9050; ainda, em atendimento assistivo, o pessoal responsável pela vigilância e segurança está treinado para oferecer assistência e havendo necessidade, ajudar a retirar cadeira de rodas ou muletas dos veículos, acomodando-os e, sendo solicitado, conduzir até o local desejado.
- rampas de inclinação suave com corrimãos de altura adequada aos portadores de necessidades especiais; as calçadas possuem rampas de acesso nos padrões estabelecidos, permitindo que alunos ou visitantes portadores de necessidades especiais se locomovam.
- garantia de espaçamentos adequados (mínimo de 1,50m) em corredores e ambientes de uso coletivo como salões de exposição e auditórios;
- manutenção dos corredores e acessos, livres de obstáculos (cestos de lixo, painéis de propaganda e bancadas) que possam impedir ou prejudicar a circulação de pessoas;
- portas com larguras superiores a 80cm; portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

- existência de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- elevadores com espaço suficiente para cadeirantes;
- contratação ou qualificação de docentes e funcionários para o atendimento aos portadores de deficiência físico-motora, em iguais condições de tratamento dispensado aos estudantes não portadores de deficiência;
- adaptação para consulta ao acervo: mesas na sala de consulta e pesquisa de acervo que permitem a utilização tanto para cadeirantes quanto para crianças e adolescentes, com notebooks;

Acessibilidade virtual

Para estudantes com deficiência visual a Instituição manterá ferramentas de Acessibilidade instaladas no seu Portal.

Na página da Biblioteca, tanto o aluno como a comunidade de usuários acessam o Manual de Acessibilidade, bem como o programa NVDA, que é um programa disponível gratuitamente que auxilia nos estudos no computador pessoal.

O Terminal WEB Sophia Biblioteca possui as informações necessárias de Acessibilidade. Os padrões de acessibilidade utilizados no SophiA Biblioteca em seu Terminal de consulta são as principais recomendações do W3C (World Wide Web Consortium). Contraste. Na parte superior do Terminal Web está presente a opção de alteração do contraste da tela. Os navegadores permitem que as fontes sejam ampliadas ou diminuídas. Para realizar essas ações utilize as seguintes teclas: Os navegadores permitem que as fontes sejam ampliadas ou diminuídas. É possível pressionar as teclas repetidas vezes, até alcançar o tamanho desejado. Essa funcionalidade é utilizada para os navegadores Chrome, Internet Explorer, Firefox, Ópera e Safari.

No laboratório de informática existem 2 (dois) computadores com letra aumentada e instalados os programas (DOSVOX e VLIBRAS) e de acordo com a demanda novos equipamentos serão disponibilizados.

Estudantes com deficiência visual

Para estudantes com deficiência visual, conforme orientação da Portaria MEC nº 3.284/2003, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, proporcionar desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

- máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
- gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- software de ampliação de tela;
- equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal;
- lupas, réguas de leitura;
- scanner acoplado a computador;
- de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras, para uso didático.

Estudantes com deficiência auditiva

Para os estudantes com deficiência auditiva, conforme orientação da Portaria MEC 3.284/2003, compromete-se formalmente, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso proporcionar:

- intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este, não tenha expressado o real conhecimento do estudante;
- flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

- aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às disciplinas do curso em que o estudante estiver matriculado;
- acesso aos professores de literatura e materiais de informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

No caso da garantia do aprendizado aos portadores de necessidades especiais auditivas, a ESAPP oferecerá intérpretes, em horário integral, para os estudantes solucionarem suas dúvidas com os professores. Também oferecerá quando necessário, capacitação em LIBRAS para funcionários da secretaria e biblioteca, visando o melhor atendimento aos estudantes. O mesmo acontece nos processos seletivos, quando é disponibilizado um intérprete por candidato, se houver necessidade.

A Direção da ESAPP, ao ser apontada e/ou identificada no ato da matrícula, fará as entrevistas para levantar as necessidades dos alunos e tomar providências como, por exemplo: carteiras especiais ou intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

- **Decreto nº 5626/2005**

Em atendimento ao Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a ESAPP proporciona:

- atendimento ao art.3º, §2º, constituindo Libras em disciplina curricular optativa nos cursos de graduação bacharelado e tecnólogo.
- compromisso formal quanto ao atendimento aos alunos surdos, quando matricularem nos cursos da Instituição, quanto à inclusão em seu quadro funcional de profissionais com formação adequado, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação, conforme especificado no Decreto em questão.

- **Lei nº 12.764/2012**

Em atendimento à Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a ESAPP compromete-se formalmente a cumprir os requisitos definidos na legislação, quanto à matrícula, acompanhamento da aprendizagem e proteção e orientações necessárias. Também, em casos de comprovada necessidade, propiciará à pessoa com transtorno do espectro autista, incluída em suas classes comuns de ensino superior, um acompanhante especializado, nos termos da lei.

- **Lei nº 13.146/2015**

Em atendimento à Lei nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a ESAPP compromete-se a cumprir os requisitos definidos conforme dispõe os artigos 28 até 30.

Além disso, a instituição mantém, por intermédio do curso de Engenharia Agrônoma, parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, CREA/SP, que possui um Grupo de Trabalho chamado "Acessibilidade", hoje nomeado "Mobilidade Social". Esses programas têm como objetivo orientar empresas e instituições de ensino a respeito das medidas necessárias a serem tomadas para que ocorra o atendimento funcional às pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Em função de instruções normativas fornecidas pelo CREA/SP, embasadas em associações como ABNT e outras que apoiam a causa, a Instituição oferece total condição para receber docentes, discentes e funcionários do corpo técnico administrativo que apresentem necessidades especiais.

- Instalação de lavabos e bebedouros públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;

- Construção de mesas apropriadas e fixas em salas de aula;
- Aquisição de telefones públicos adaptados.
- Demarcação adequada nas áreas de desembarque e no estacionamento.

3. POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O desempenho econômico-financeiro e a evolução da receita e da despesa são monitorados pela mantenedora, FUNGE, em parceria com a Direção da ESAPP. Sempre que necessário são operados os ajustes na receita, na despesa e nos investimentos.

Compete à mantenedora estabelecer e tornar viável o planejamento financeiro para que os recursos econômicos sejam suficientes à realização dos objetivos, metas e ações propostos para o desenvolvimento da Instituição, relativas ao ensino, iniciação científica e extensão.

A política de sustentabilidade financeira em relação ao desenvolvimento institucional possui as seguintes diretrizes:

- fazer do planejamento financeiro o mapa de navegação que indicará uma melhor visão dos recursos financeiros, identificando as oportunidades e dificuldades;
- definir as estratégias que permitam planejar de forma precisa as despesas e receitas e a melhor forma de utilizar os recursos disponíveis;
- buscar a racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos humanos, materiais e físicos disponíveis, evitando-se a duplicação de recursos para a realização de objetivos idênticos ou equivalentes;
- garantir a otimização e a aplicação de recursos financeiros na expansão, modernização e manutenção da estrutura física e do parque tecnológico;
- implementar auditorias internas como instrumento avaliativo, visando à melhoria constante do desempenho administrativo, econômico e financeiro.
- realizar levantamento dos custos operacionais e dos investimentos necessários ao cumprimento do plano de expansão, melhoria e consolidação do ensino, da iniciação científica e da extensão.

Na previsão das despesas, têm-se presentes os percentuais de encargos sociais sobre os salários e demais contribuições previstas na legislação vigente.

A principal fonte de receita são as mensalidades dos alunos, cabendo à mantenedora arcar com as despesas e investimentos para manter a instituição em funcionamento, quando se fizer necessário.

4. POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE-FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA

A política de sustentabilidade financeira da ESAPP tem como base as seguintes diretrizes, em relação à participação da comunidade interna:

- divulgar o entendimento e a percepção dos colaboradores quanto à importância do planejamento financeiro (a programação do orçamento, a racionalização dos gastos e a otimização dos investimentos) no desempenho Institucional, e este como vital para a instituição tornar realidade seus objetivos;
- promover investimento no acervo bibliográfico bem como as melhorias da infraestrutura com base na demanda dos NDEs;

- identificar a partir dos relatórios de avaliação interna e externa as necessidades apontadas pelos docentes, discentes, técnicos e avaliadores externos, permitindo assim que as instâncias gestoras e acadêmicas participem da tomada de decisões e nas prioridades da aplicação dos recursos.

VII. DA IMPLANTAÇÃO

Na implantação de seu Projeto Político-pedagógico Institucional a Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista – ESAPP observará a dimensão cíclica, e ao mesmo tempo direcionará o desenvolvimento das políticas propostas em estreita coerência e integração com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

O gerenciamento da implantação considerará:

- efetivação dos objetivos das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), mediante a operacionalização das políticas indicadas no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI).
- o estágio de cumprimento das metas até o período anterior ao que se está planejando, identificando a necessidade de eventuais ajustes;
- a análise do contexto, as condições externas que afetam a execução do PDI, tanto em relação às oportunidades quanto às ameaças;
- a verificação das condições internas, os pontos fortes e fracos do gerenciamento do PDI, que podem impactar o desenvolvimento das metas e ações por meio da implementação das estratégias, a análise dos recursos, capacidades e competências essenciais.

Ainda no tocante à implementação do PPI, é necessário que haja previsão e disponibilidade de recursos para a cobertura dos gastos decorrentes da execução do Projeto Político-Pedagógico Institucional, operacionalizada no Plano de Desenvolvimento Institucional.

A avaliação de resultados caracteriza-se pela verificação dos aspectos qualitativos e quantitativos dos resultados obtidos com a execução das ações planejadas. Em decorrência, é primordial a verificação da evolução dos indicadores do projeto nas dimensões qualitativa e quantitativa dos resultados obtidos a cada ano e da comparação destes valores com aqueles esperados, possibilitando, desta forma, determinar as medidas corretivas necessárias, mediante a revisão, requerendo, inclusive a realização de estudos específicos voltados à mensuração dos resultados.